



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

POLLYANA VIEIRA DE ABREU

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA APLICADA

**POLÍTICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA NAS LICENCIATURAS DO IFTO: O CURSO
DE COMPUTAÇÃO DO CAMPUS DE COLINAS DO TOCANTINS COMO ILUSTRAÇÃO**

**Palmas – TO
2024**

Pollyana Vieira de Abreu

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA APLICADA

POLÍTICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA NAS LICENCIATURAS DO IFTO: O CURSO DE COMPUTAÇÃO DO CAMPUS DE COLINAS DO TOCANTINS COMO ILUSTRAÇÃO

Relatório Técnico de Pesquisa Aplicada apresentado ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal do Tocantins para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Francisco de Carvalho

Palmas – TO
2024

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA APLICADA

POLÍTICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA NAS LICENCIATURAS DO IFTO: O CURSO DE COMPUTAÇÃO DO CAMPUS DE COLINAS DO TOCANTINS COMO ILUSTRAÇÃO

Relatório Técnico de Pesquisa Aplicada apresentado ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPPGE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação. O Relatório foi avaliado e aprovado em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

PRODUTO FINAL – Quadro referencial contributivo da mitigação da desistência estudantil no Curso de Licenciatura em Computação do IFTO.

Data da Defesa/Aprovação: **22/11/2024.**

Banca examinadora:



Prof. Dr. Roberto Francisco de Carvalho – Orientador (PPPGE/UFT)



Prof. Dr. Fábio Caires Correia – Examinador Externo (PPGE/UNESP – Rio Claro)



Prof. Dr. José Carlos da Silveira Freire – Examinador interno (PPPGE/UFT)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

A162r Abreu, Pollyana Vieira de.
Relatório Técnico de Pesquisa Aplicada – Política de acesso e permanência nas licenciaturas do IFTO: o curso de Computação do Campus de Colinas do Tocantins como ilustração. / Pollyana Vieira de Abreu. – Palmas, TO, 2024.
75 f.

Relatório Técnico (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em Educação, 2024.

Orientador: Roberto Francisco de Carvalho

1. Política de assistência estudantil. 2. Acesso e permanência na educação superior. 3. Condicionantes da permanência nos cursos de licenciaturas. 4. IFTO/Tocantins. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dedico este trabalho a todos os profissionais da educação por escolherem uma profissão que os desafia diariamente.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por estar sempre ao meu lado.

À minha família, base de tudo.

À minha mãe, Eva Vieira Abreu, professora aposentada, pilar dos meus estudos.

Ao professor Dr. Roberto Francisco de Carvalho, pela paciência, didática e orientação da pesquisa.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Tocantins, pelos ensinamentos e incentivos.

Aos colegas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, *Campus* Colinas do Tocantins, pelas contribuições diretas e indiretas para a realização deste trabalho.

A educação, portanto, é o maior e o mais árduo problema que pode ser proposto aos homens. De fato, os conhecimentos dependem da educação e esta, por sua vez, depende daqueles (Kant).

RESUMO

O presente estudo aborda a Política de acesso e permanência nos cursos de licenciatura em Computação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins, IFTO, tendo como ilustração o Curso de Licenciatura em Computação ofertado no *Campus* Colinas do Tocantins. A pesquisa foi motivada por questionamentos sobre as dificuldades de permanência dos estudantes no curso de Licenciatura em Computação do referido campus e partiu da seguinte questão mobilizadora: qual a situação geral da política de acesso e permanência dos alunos dos cursos de formação de professores, com foco no Curso de Licenciatura em Computação do IFTO, Campus Colinas/Tocantins? Frente ao questionamento, o estudo objetivou, em geral, analisar os aspectos teóricos e práticos da política de acesso e permanência dos alunos dos cursos de formação de professores, com foco no curso de Licenciatura em Computação do IFTO, Campus Colinas do Tocantins. O estudo que resultou no presente Relatório Técnico de Pesquisa foi realizado tendo por referência a abordagem crítico-dialética e foi materializado por meio das pesquisas bibliográfica e documental. Os achados da pesquisa possibilitaram compreender alguns dos condicionantes relacionados às políticas públicas sociais educacionais, como as políticas de acesso e permanência dos estudantes nos cursos superiores, a exemplo das licenciaturas, ilustradas por meio do Curso de Licenciatura em Computação do IFTO Campus de Colinas do Tocantins. Os mencionados condicionantes têm abrangência externa ao IFTO, mas contempla, também, o ambiente institucional interno abarcando, portanto, o Curso estudado. Constatamos a partir da análise realizada um significativo desinteresse pelo Curso, alta taxa de evasão definitiva e provisória e baixa taxa de formatura por ano expressando, assim, preocupantes repercussões para o currículo e o ensino-aprendizagem nas licenciaturas do IFTO. Frente à esta constatação elaboramos como “Produto Final” uma proposta de enfrentamento da situação desvelada denominada “Quadro referencial contributivo da mitigação da desistência no Curso de Licenciatura em Computação do IFTO”.

Palavras-chaves: Política de assistência estudantil; Acesso e permanência na educação superior; condicionantes da permanência nos cursos de licenciaturas; IFTO/Tocantins; Curso de Computação/Colinas; Repercussões para o currículo e o ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

This study deals with the policy of access and permanence in the degree courses in Computing at the Federal Institute of Education Science and Technology of Tocantins (IFTO), illustrated by the Degree Course in Computing offered at the Colinas do Tocantins *Campus*. The research was motivated by questions about the difficulties faced by students in staying on the Degree in Computing course at the campus and was based on the following mobilizing question: what is the general situation regarding the policy of access and permanence of students on teacher training courses, with a focus on the Degree in Computing course at the IFT/TO, Colinas/Tocantins Campus? Faced with this question, the study aimed, in general, to analyze the theoretical and practical aspects of the policy of access and permanence of students in teacher training courses, with a focus on the Degree Course in Computing at the IFTO, Colinas do Tocantins Campus. The study that resulted in this Technical Research Report was carried out using the critical-dialectical approach as a reference and was materialized through bibliographical and documentary research. The findings of the research made it possible to understand some of the conditioning factors related to public social educational policies, such as policies on student access and permanence in higher education courses, such as undergraduate courses, illustrated by the Computer Degree Course at the IFTO Colinas do Tocantins Campus. These constraints are external to the IFTO, but also include the internal institutional environment, and therefore the course under study. Based on the analysis carried out, we found a significant lack of interest in the course, a high rate of permanent and temporary dropouts and a low graduation rate per year, thus expressing worrying repercussions for the curriculum and teaching and learning in the IFTO's degree courses. In view of this finding, as a "Final Product" we drew up a proposal for dealing with the situation revealed, called "A framework to help mitigate dropout in the IFTO Computer Science Degree Course".

Keywords: Student assistance policy; Access and permanence in higher education; Constraints on permanence in degree courses; IFTO/Tocantins; Computing/Colinas course; Repercussions for the curriculum and teaching-learning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Colinas do Tocantins e municípios circunvizinhos.....	28
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de ingressantes no ensino superior brasileiro.....	33
Gráfico 2: Número de ingressantes no ensino superior – Licenciaturas.....	34
Gráfico 3: Número de ingressantes nos cursos de Licenciatura em Computação do IFTO.....	34
Gráfico 4: Número de ingressantes no Curso de Licenciatura em Computação do IFTO, por campus ofertante.....	35
Gráfico 5: Taxa de evasão na educação superior do Brasil entre 2017 e 2022.....	47
Gráfico 6: Taxa de evasão na educação superior do IFTO entre 2017 e 2022.....	48
Gráfico 7: Taxa de evasão - Licenciatura em Computação Campus Colinas do Tocantins entre 2017 e 2022.....	48
Gráfico 8: Percentual de formação do Curso de Licenciatura em Computação do Campus de Colinas/IFTO.....	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dados dos indicadores da Política de Acesso e Permanência do IFTO.....	40
Quadro 2: Assistência estudantil no IFTO Campus de Colinas do Tocantins.....	42
Quadro 3: Oferta de vagas para Bolsa Assistência Estudantil no Campus Colinas do Tocantins, do IFTO (2016-2020).....	42
Quadro 4: Oferta de vagas para Bolsa Assistência Estudantil no Campus Colinas do Tocantins, do IFTO (2021-2022)	43
Quadro 5: Causas da evasão e retenção - Documento orientador para superação da evasão e retenção na Rede Federal de Ensino.....	45-46
Quadro 6: Dados detalhados sobre ingresso e evasão absoluta e formatura no Curso de Computação entre 2016-2022 – IFTO/Campus de Colinas.....	49-50
Quadro 7: Motivos da evasão nos cursos do IFTO apontadas pelos discentes em 2016.....	51-52
Quadro 8: Motivos da desistência do Curso de Licenciatura em Computação do Campus Colinas do Tocantins.....	52-53
Quadro 9: Condicionantes à formação e proposta de diretrizes para o enfrentamento institucional das dificuldades de permanência estudantil nas licenciaturas: O Curso de Licenciatura em Computação do Campus Colinas do Tocantins/IFTO como ilustração.....	57-62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Assistência Estudantil
DEED	Diretoria de Estatísticas Educacionais
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IES	Instituição de Educação Superior
IFTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocanti
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
SISU	Sistema de Seleção Unificada
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
POLAE	Política de Assistência Estudantil
PROAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SISU	Sistema de Seleção Unificada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 CONDICIONANTES DA POLÍTICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DOS CURSOS DE LICENCIATURAS: o caso ilustrativo do Curso de Licenciatura em Computação de Colinas/TO.....	20
2.1 Condicionantes das práticas sociais e das políticas públicas educacionais.....	20
2.2 Contextualização do tema e delimitação da base empírica da pesquisas.....	23
2.3 Política de acesso à educação superior brasileira.....	30
2.4 Acesso aos cursos de Graduação no Brasil.....	31
2.5 Permanência nos cursos de Graduação no Brasil e suas repercussões para o IFTO/Tocantins.....	37
2.5.1 Permanência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO).....	39
3 CONDICIONANTES DA DESISTÊNCIA DOS ESTUDANTES AO CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO DO IFT/COLINAS.....	46
3.1 Condicionantes da não permanência estudantil na educação superior brasileira.....	46
3.1.1 Condicionantes da não permanência estudantil no IFTO e no Curso de Licenciatura em Computação de Colinas Tocantins.....	50
4 PRODUTO FINAL - QUADRO REFERENCIAL CONTRIBUTIVO DA MITIGAÇÃO DA DESISTÊNCIA NO CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO DO IFTO.....	57
4.1 Quadro referencial contributivo da mitigação da desistência no Curso de Licenciatura em Computação do IFTO: apontamentos teórico-práticos.....	58
V CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de grande extensão territorial e é marcado por elevado índice de desigualdade social. O investimento na educação é uma das ações para diminuir as disparidades e promover o desenvolvimento social. Nesse cenário, as políticas públicas educacionais surgem com a perspectiva de corrigir distorções sociais e garantir que um número máximo de pessoas tenha acesso à educação. Nesse contexto, as políticas públicas expressas nos programas do governo buscam ampliar o acesso à escola, garantir educação de qualidade e combater a evasão em todos os níveis de ensino.

A educação superior tem o desafio de promover o acesso e a permanência estudantil nos diversos cursos de graduação; para tanto, busca combater a desistência/evasão permanente ou temporária. A este respeito, os cursos de licenciaturas apresentam desafios semelhantes no que tange ao desenvolvimento do estudante, especialmente quando se trata de sua qualificação profissional. No decorrer do processo de formação dos estudantes surgem várias barreiras, sejam elas motivadas por questões internas ao curso ou por questões externas, o que dificulta a permanência estudantil na graduação.

A questão da permanência não é um fato restrito ao IFTO; ao contrário, é um desafio presente nos diversos espaços educacionais do Brasil e do mundo. Para entender e contribuir com a discussão sobre esse fenômeno, o presente estudo tem a tarefa de estudar a **temática** das *políticas de acesso e permanência no Curso de Licenciatura em Computação do Instituto Federal de Educação do Tocantins/ Campus de Colinas (IFTO/Colinas)*, considerando a realidade dos cursos de graduação da educação pública brasileira.

Para além da seleção e ingresso dos estudantes é preciso compreender os desafios por eles enfrentados durante sua trajetória acadêmica e as razões da desistência de sua formação superior, com o intuito de contribuir com a mitigação das dificuldades da permanência estudantil nos Cursos de licenciaturas.

Neste contexto, a presente pesquisa busca explorar, de maneira abrangente, a política de acesso e permanência dos estudantes de graduação, destacando a problemática da desistência permanente (evasão) no Instituto Federal do Tocantins/IFTO, *Campus Colinas do Tocantins*, especificamente no Curso de Licenciatura em Computação. Ao compreender o que determina o acesso e a

permanência no curso será possível propor o “produto final” que venha colaborar com as ações da instituição quanto à sua atuação junto aos estudantes no curso de Licenciatura em Computação. Tal proposição busca contribuir para um melhor acompanhamento desse processo – desde a seleção, entrada, percurso formativo até a conclusão do curso – visando à formação de profissionais comprometidos com o ensino e, por conseguinte, à construção de uma sociedade desenvolvida quanto ao seu capital cultural e educacional.

A presente pesquisa tem como **tema** a política de acesso e permanência nos cursos de Licenciaturas e toma a estrutura e dinâmica do Curso de Computação do IFTO/Colinas como ilustração.

O estudo foi guiado pela seguinte **questão de partida**: qual a situação geral da política de acesso e permanência dos alunos dos cursos de formação de professores, com foco no Curso de Licenciatura em Computação do IFT/TO, Campus Colinas/Tocantins? Outros três questionamentos derivados deram base para a proposta de pesquisa: o que determina o acesso e permanência no curso de Licenciatura em Computação do IFTO, *Campus* de Colinas do Tocantins? Qual o motivo da desistência dos estudantes no curso de Licenciatura em Computação do IFTO, Campus de Colinas do Tocantins? Há formas de prever, evitar ou minimizar a evasão dos estudantes do curso de Licenciatura em Computação do IFTO, Campus de Colinas do Tocantins?

A evasão atinge o cotidiano dos cursos superiores das instituições federais de ensino, a despeito da existência de importantes políticas direcionadas para a garantia do acesso e da permanência dos estudantes, como por exemplo: o sistema de cotas, o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), recentemente transformado em Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

A detecção da diminuição dos alunos nas turmas do curso de Licenciatura em Computação, do *Campus* do IFTO de Colinas do Tocantins, conforme avanço dos semestres letivos, indica a necessidade de um estudo que possa trazer à luz os aspectos que envolvem a desistência dos estudantes de licenciatura. Diante desse cenário, tendo em vista que o programa o PNAES, como um dos programas destinados a promover a permanência, não abarca todas as demandas estudantis relativas à essa questão, faz-se necessário, para além do apoio financeiro, compreender os fatores acadêmicos, a relevância do currículo e do ambiente de

aprendizagem, além do contexto socioeconômico e cultural no qual o estudante está inserido.

A pesquisa tem como **objetivo geral** analisar os aspectos teóricos e práticos da política de acesso e permanência dos alunos dos cursos de formação de professores, com foco no curso de Licenciatura em Computação do IFTO, Campus de Colinas do Tocantins. Especificamente o estudo busca: compreender o que condiciona o acesso e a permanência dos alunos no Curso de Licenciatura em Computação do IFTO, Campus de Colinas do Tocantins; identificar os motivos da desistência definitiva (evasão) e provisória no curso de Licenciatura em Computação do IFTO, Campus de Colinas do Tocantins; e elaborar um quadro referencial com diretrizes e ações que possam contribuir com a mitigação da desistência definitiva (evasão) e provisória dos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Computação do IFTO.

A pesquisa foi realizada sob a **perspectiva crítico-dialética**, e buscou trabalhar uma problemática social concreta, que não é nova no ambiente educacional e que envolve vários fatores que desencadeiam a desistência definitiva (evasão) e provisória dos estudantes do Curso em pauta. Dessa forma, para o estudo, foi necessária a interpretação da realidade atual, relacionando os diferentes aspectos que influenciam o objeto analisado. Como fundamento teórico, deram suporte à pesquisa, dentre outros, os trabalhos realizados por Tinto (1975); Gomes (1999); Silva Filho *et al*, (2007); Amaral (2009); Dias, Theófilo, Lopes (2010); Silva (2002); Mello, Santos, Brisolara, Silva e Koglin (2013); Freire (2016); Carvalho e Pavão (2016); Carvalho e Melo (2017); Carvalho, Carvalho e Lagares (2019); Machado e Carvalho (2020).

Salientamos que, em Marx (1982; 1985) e Netto (2011), nos apoiamos por meio do método crítico-dialético no sentido da articulação entre o concreto empírico e o concreto pensado. O concreto empírico, aparente e abstrato deve ser tomado como ponto de partida para se chegar ao concreto pensado, considerando que “o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (Marx, 1985, p. 20). Assim, como ponto de partida, a política de assistência estudantil do IFTO é tomada como concreto empírico aparente, e, por meio da pesquisa e análise dos dados, chega-se ao concreto pensado expresso na síntese sobre a política de acesso e permanência no âmbito do Curso de Licenciatura em Computação do Campus do IFTO de Colinas do Tocantins.

No desenvolvimento do estudo, assentado na abordagem teórico-metodológica crítico-dialética mencionada e ancorado em Minayo (1994), Bardin (1997), Triviños (1987) e Chizzotti (2006) realizamos pesquisa bibliográfica e estudo documental, de caráter exploratório, como base para análise e compreensão do problema. Assim, a pesquisa abrangeu a Política de Acesso e Permanência no curso de Licenciatura em Computação do IFTO, principalmente no curso ofertado no *Campus* Colinas do Tocantins, como ilustração. Foi considerado como base de consultas documentais o universo temporal de 2016 até 2022.

Para a realização do estudo, inicialmente, revisitamos obras que abrangem pesquisas sobre a política educacional, em geral, e a política de acesso e permanência estudantil. Articulado ao estudo de cunho bibliográfico, buscamos nos apropriar de fontes documentais expressas nos documentos institucionais do IFTO, como Política de Assistência Estudantil do IFTO (IFTO, 2022), Relatório de Gestão do IFTO (IFTO, 2016; 2022), Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Computação do Campus Colinas do Tocantins do IFTO (IFTO, 2018) e Relatório Qualitativo de Evasão e Retenção do IFTO (IFTO, 2018).

Para organização e análise dos dados foram utilizadas tabelas e gráficos, para melhor interpretação do resultado. Decorrente do estudo mencionado e das reflexões realizadas elaboramos um quadro referencial com apontamentos teórico-práticos cuja pretensão é contribuir com a mitigação da desistência no Curso de Licenciatura em Computação do IFTO.

O estudo inclui esta introdução (seção 1), as considerações finais (seção 5) e as referências e contempla, ainda, outras três seções. Na seção 2 abordamos a política de assistência estudantil situada no contexto histórico de desigualdades educacionais estruturantes da educação brasileira. Buscamos destacar as contradições gerais relativas ao acesso e à permanência dos estudantes na educação superior, especificamente, em relação aos cursos de licenciaturas presenciais, ilustrados com o caso do IFTO, *Campus* de Colinas do Tocantins. A seção 3 trata das principais causas das dificuldades de permanência dos estudantes no Brasil e da identificação dos condicionantes das dificuldades de permanência nos Cursos de Licenciaturas do IFTO, incluído o Curso de Licenciatura em Computação do Campus de Colinas do Tocantins. Com o esforço empreendido na seção 4 elaboramos um quadro referencial que apresenta diretrizes e ações com possibilidades para contribuir

com a mitigação da evasão dos acadêmicos do curso de Licenciatura em Computação do IFTO.

2 CONDICIONANTES DA POLÍTICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DOS CURSOS DE LICENCIATURAS: o caso ilustrativo do Curso de Licenciatura em Computação de Colinas/TO

Nesta seção, buscamos responder o que determina o acesso e a permanência nos cursos de Licenciatura em computação do IFTO, conforme Censos e Relatórios Institucionais. Assim, nesta seção, o estudo tem como objetivo compreender as múltiplas dimensões que determinam o acesso e a permanência dos alunos no curso de Licenciatura em Computação do IFTO, tendo por base empírica de pesquisa o Censo da Educação Superior (Inep/Cesup, 2022) e Relatórios Institucionais do IFTO.

Para alcançar o objetivo desta seção abordamos os condicionantes gerais que determinam as práticas sociais e as políticas educacionais no âmbito da comunidade universitária, bem como a política estudantil situada no contexto histórico de desigualdades educacionais estruturantes da educação brasileira, destacando as contradições gerais relativas ao acesso e à permanência dos estudantes na educação superior, especificamente, em relação aos cursos de licenciaturas presenciais.

2.1 Condicionantes das práticas sociais e das políticas públicas educacionais

Na concepção liberal ou neoliberal ao abordar a não permanência dos estudantes nos cursos de graduação a causa principal recai sobre o indivíduo estudante que deveria ter interesse e criar as condições para o sucesso no acesso e permanência na universidade. O neoliberalismo, no sentido que adotamos neste trabalho, se apresenta como a razão do mundo (Dardot; Laval, 2016), pois abarca o conjunto das relações e práticas sociais nas esferas privada e pública. Em outras palavras, abrange, para além da administração das empresas, também, a governança dos Estados nacionais e as estruturas de governos locais, portanto, abarca a gestão dos sistemas, instituições educacionais e escolares e a vida privada e individual dos membros da sociedade, com ênfase maior nos trabalhadores/as, em geral.

Embora a discussão mais ampla que ancora a lógica neoliberal extrapole os limites do presente trabalho ela se faz necessária, posto que compreende a reorganização do capital que privilegia a política macroeconômica, a estabilidade econômica, a abertura comercial, a competitividade e o estímulo ao setor privado na

oferta dos serviços públicos (SILVA, 2002). Corroborando com essa discussão Antunes (2001, p. 31) assevera que

[...] como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalhador e a desmontagem do setor produtivo estatal [...]; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.

A reestruturação produtiva e a reorganização do Estado vêm trazendo consequências que afetam o conjunto das instituições sociais e atinge diretamente a força humana trabalhadora, com repercussões para a forma de produção e reprodução da vida social, a exemplo da vida dos jovens em idade escolar universitária. Aparentemente, tem-se a impressão de que os valores essenciais norteadores da vida dos jovens mudaram significativamente em função das dificuldades reais do existir cotidiano, das desilusões com a forma societária atual e das promessas neoliberais de possibilidades de realização individualizada por meio do empresariamento de si mesmo, cujo valor central é o empreendedorismo individual. Conectado com esse entendimento, Carvalho (2011, p. 161) argumenta:

O neoliberalismo econômico defende a liberdade soberana do mercado; a mínima intervenção do Estado nas questões econômicas, principalmente, nos momentos em que ocorre o arrefecimento das crises no processo de produção e reprodução do capital; a abertura da economia ao mercado externo; a privatização de bens e serviços sociais; a redução das despesas e do déficit público; a desregulamentação estatal e dos direitos trabalhistas com a desarticulação dos sindicatos e a eliminação de programas e benefícios sociais; a flexibilização e a informalização das relações de trabalho; além da oposição às políticas sociais universais e à gratuidade dos serviços públicos.

No entendimento de Neves (2005) estamos diante de uma fase do neoliberalismo em que o Estado promove a formação de uma nova cultura cívica por meio da renovação organizativa da sociedade civil, visando à coesão social ao empreendedorismo social e à ação voluntária dos indivíduos.

Nesta linha de pensamento, em relação à educação superior brasileira, conforme Carvalho (2011, p. 190),

[...] as mudanças ocorridas no modelo de produção foram assimiladas e assumidas pelo Estado brasileiro que, por meio dos seus diferentes governos,

via diversas reformas, dentre elas a educacional, vem desde o início da década de 1990 preparando o país para, de certa forma, direcionar-se ao alinhamento com a lógica neoliberal internacional de produção e reprodução do capital. Esses acontecimentos têm influenciado os rumos das políticas de educação superior, em geral, com desdobramentos incisivos no processo de gestão universitária.

Nesta linha de raciocínio, ainda segundo Carvalho (2011), em geral, tem-se a impressão de que a sociedade foi contaminada pela ideologia gerencialista que nasceu na esfera do privado e se espalhou pelos setores públicos e pelo mundo não comercial por meio do fortalecimento de ideias e práticas sociais que endeusam a lógica privado-mercantil e individual e demonizam a esfera pública e as práticas coletivas. Assim, “[...] o indivíduo é mais valorizado pelo seu empreendedorismo, pelo que produz, e menos pelo que faz para fortalecer a dimensão substantiva do humano” (Carvalho, 2011, p. 191). Nessa perspectiva, Gaulejac (2007, p. 28) assevera que a elevação da insignificância

[...] arrasta cada pessoa em uma busca de sentido e de reconhecimento jamais satisfeita, como uma competição sem limites, que gera um sentimento de assédio generalizado. A cultura do alto desempenho se impõe como modelo de eficiência. Ela põe o mundo sob pressão. O esgotamento profissional, o estresse, o sofrimento no trabalho se banalizam. A sociedade se torna um vasto mercado, no qual está comprometido em uma luta para encontrar um lugar e conservá-lo.

O ambiente universitário ou da educação superior foi profundamente afetado por essa lógica em que o individualismo e a competição parecem ter se naturalizado. Tal lógica, em grande medida, abrange o imaginário social e repercute nas decisões dos jovens em idade de formação levando-os a aderir, fortemente, à ideia neoliberal de ser empresário de si mesmo sendo empreendedor mediano e renunciando à promoção de sua qualificação via a educação escolar universitária.

Entretanto, conforme Carvalho (2011), para além do condicionante individual de cunho neoliberal existe uma multiplicidade de outros condicionantes que determinam as práticas sociais na sociedade capitalista e as políticas educacionais na educação superior, dentre os quais, para os propósitos do presente estudo, destacamos: **1) políticos** – inerentes aos interesses presentes na universidade e na educação superior que se articulam com os interesses no âmbito da sociedade, envolvendo as disputas entre os grupos e as classes sociais e os segmentos da comunidade universitária em torno do capital cultural e educacional; **2) os materiais**

– relativos às condições inadequadas de trabalho e estudo como prédios e equipamentos em situação precária, salas superlotadas, falta ou precariedade de recursos didáticos, salários aviltados, desigualdade social, desvalorização da categoria etc.; **3) os ideológicos** – referentes às concepções e crenças estagnadas, reveladoras de ideias imutáveis e, muitas vezes, preconceituosas em relação ao outro indivíduo, grupo ou classe social; **4) institucionais** – inerentes às práticas sociais organizadas tendo em vista as relações verticais de poder em que, de um lado, num patamar de superioridade, existem os dirigentes que decidem e submetem os dirigidos, que estão em um patamar de inferioridade, às ordens e às atividades de execução, distanciando-se de uma participação democrática efetiva convergente com os segmentos específicos que compõem o ambiente universitário; e **5) tecnológico-comunicacionais** – relacionados às formas de comunicação atual com longo alcance das mídias, aparentemente democráticas, mas que, em grande medida, tem dificultado a aproximação entre as pessoas, promovendo a atomização das ações dos indivíduos, mesmo com a existência de redes sociais diversificadas.

2.2 Contextualização do tema e delimitação da base empírica da pesquisa

Sem perder de vista os condicionantes das práticas sociais e das políticas públicas educacionais no processo de produção e reprodução da vida em sociedade, o acesso ao ensino superior de licenciatura pode ser considerado uma etapa crucial na formação de profissionais dedicados à educação e ao ensino. No Brasil, o acesso a cursos de licenciaturas ocorre, principalmente, por meio de processos seletivos como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e vestibulares específicos realizados pelas instituições de ensino superior, incluindo, também, as políticas de ações afirmativas, programas de financiamento de bolsas e avaliação de habilidades e competências.

Sabidamente, muitos estudantes enfrentam desafios para ingressar em um curso superior e, grande parte deles, iniciam os estudos com as dificuldades geradas pela formação precária na educação básica. Além disso, a falta de conhecimento das políticas públicas de acesso à graduação traz limitações para esses jovens escolherem o melhor caminho para o acesso. O desconhecimento em relação à carreira que pretende seguir torna-se um obstáculo a mais para os indecisos, que, na

maioria das vezes, não se identificam com o curso escolhido e acabam desistindo, à medida que avançam os períodos.

As dificuldades enfrentadas pelos estudantes, logo após ingressarem na educação superior, envolvem, em grande parte, a formação precária na educação básica, o que pode impactar diretamente o tempo ideal de formação. Conforme apontam Carvalho, Carvalho e Macêdo (2023), é necessário que a instituição educacional dê suporte ao aluno durante o seu percurso acadêmico no ensino superior e busque minimizar desistências e atrasos por meio de medidas como a política de assistência estudantil que envolve auxílio financeiro, apoio pedagógico, acompanhamento psicológico, monitoria, entre outros.

De acordo com Carvalho, Lagares e Aguiar de Carvalho (2020), na busca da compreensão do papel da educação no âmbito do sistema capitalista, especialmente em tempos neoliberais, é essencial compreender, também, como a educação tem sido realizada e como estão sendo formados os profissionais que contribuem para o acesso ao conhecimento por parte dos discentes dos cursos de licenciatura, futuros professores.

As políticas públicas, como a política de educação superior, têm a função importante e fundamental de ampliar o acesso a cursos de licenciatura para suprir as necessidades e demandas existentes de profissionais qualificados na área educacional.

Para Carvalho e Carvalho (2019) há diferentes formas de acesso, que contribuem para a inclusão de estudantes com variados perfis socioeconômicos e culturais, o que possibilita a troca de experiências no ambiente acadêmico e fortalece a formação de professores; entretanto, muitos desafios surgem diante da diversidade de necessidades existentes ligadas à permanência nos estudos e das demandas apresentadas pelo corpo discente dos cursos de graduação, com destaque para os cursos de licenciaturas.

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), a Educação é direito de todos. Entre os princípios básicos da educação a mesma lei assegura, em seu artigo 206, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

A criação das políticas de acesso e permanência dos estudantes de graduação é resultado de uma crescente compreensão das complexidades envolvidas no processo educacional superior para o atendimento do direito à educação.

Historicamente, as políticas educacionais centravam-se, principalmente, no acesso, buscando ampliar a participação de diversos grupos sociais no ensino superior. Contudo, à medida que a atenção se voltou para a qualidade e conclusão dos cursos, tornou-se evidente a necessidade de abordar a permanência dos estudantes de forma sistemática e efetiva (Santos, 2020).

A implementação de políticas específicas de permanência visa mitigar as causas que podem levar à desistência permanente (evasão) e provisória e que estão ligadas aos condicionantes externos e internos às instituições de educação superior. Os condicionantes externos englobam, entre outros, os seguintes fatores: decisão equivocada quanto à escolha do curso; formação básica com lacunas formativas; insatisfação com o curso e futura profissão almejada; razões socioeconômicas de ordem financeira; dificuldade em conciliar estudo e trabalho; distância entre residência e universidade; e problemas pessoais diversificados como: falecimento, doença, nascimento de filhos, casamento etc. Os condicionantes internos às instituições, em geral, se resumem: na carência de espaço físico, equipamentos e bibliotecas; na falta de interação democrática e significativa entre alunos e professores; no limitado ou inexistente apoio psicopedagógico para acompanhamento aos alunos vulneráveis; na estrutura curricular inflexível e, em certa medida, desconectada das demandas sociais; no turno incompatível com o horário que o discente trabalhador dispõe para estudar; na falta de programas estruturantes que façam com que o aluno se integre à instituição, articulando as dimensões formativas do ensino, pesquisa e extensão (Dias, Theóphilo e Lopes, 2010; Carvalho; Pavão, 2016; Carvalho; Melo, 2017). Assim, as políticas estudantis de permanência buscam enfrentar, entre outros, os desafios financeiros, as dificuldades acadêmicas e as questões socioemocionais. Essas políticas, muitas vezes, incluem programas de assistência financeira, suporte acadêmico, orientação profissional e medidas para promover um ambiente inclusivo.

A política de acesso e permanência, portanto, representa uma evolução no entendimento das necessidades dos estudantes de graduação, visando não apenas abrir as portas da educação superior, mas, também, criar condições propícias para que os estudantes superem os desafios e alcancem o êxito acadêmico. Essa abordagem mais abrangente contribui para a formação de profissionais qualificados e comprometidos, fortalecendo, assim, o sistema educacional como um todo na perspectiva da política de Estado em movimento (Vieira, 2007; Carvalho; Algebaile; Aguiar de Carvalho, 2024).

Por esta via de entendimento, buscando contemplar o valor público de garantir o direito à educação às crianças, jovens, adolescente e adultos, o Estado desenvolve as políticas públicas sociais, como as educacionais. Tais políticas se caracterizam por atender à coletividade e ao bem comum da população brasileira, assim como as políticas educacionais, que, na lógica do Estado em movimento formula um conjunto de diretrizes; estabelece as bases da educação brasileira; e planeja os programas e projetos governamentais que são materializados na gestão educacional pública. Neste sentido, o desenvolvimento das políticas sociais públicas, a exemplo das políticas de acesso e permanência nos cursos de educação superior – como as licenciaturas – têm o papel de promover, nos termos do artigo 205 da CF de 1988, o pleno desenvolvimento da pessoa humana, a formação para a cidadania e para o trabalho.

Nesta perspectiva, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), também chamado de Instituto Federal do Tocantins, autarquia federal, foi criado por meio da Lei nº 11.892, 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008), que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O referido Instituto é uma instituição detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático- pedagógica e disciplinar. Sua criação ocorreu a partir da integração de duas instituições escolares federais já existentes no estado: a Escola Técnica Federal de Palmas, criada pela Portaria MEC n.º 1.085/2002 (Brasil, 2002) e a Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, fundada em 25 de março de 1988.

O IFTO é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi* (Reitoria, *campi*, *campi* avançados e polos de educação a distância), especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas/andragógicas¹ (IFTO, 2022).

Conforme o Relatório de Gestão do IFTO (2022), além dos cursos de graduação existem centenas de projetos de pesquisa, extensão e de iniciação científica desenvolvidos. Todos os programas e projetos têm a participação de servidores e estudantes do IFTO e buscam incentivar a produção acadêmico-científico-cultural na instituição e possibilitar a geração e a transformação do conhecimento, de forma a atender às necessidades e aos interesses da sociedade.

¹ Abordagem da pedagogia que se concentra nas necessidades e características específicas dos alunos adultos.

De acordo com o Relatório de Gestão (2019b), o Instituto Federal do Tocantins está presente de Norte a Sul do estado do Tocantins. Com 12 unidades – incluindo a unidade Reitoria – e 65 polos de apoio presencial ao ensino a distância, o IFTO oferta educação de qualidade e desenvolvimento tecnológico para todas as regiões do Tocantins. Seu funcionamento ocorre nas seguintes unidades: I – Reitoria; II- Campus Araguaína; III - Campus Araguatins; IV - Campus Avançado Formoso do Araguaia; V - Campus Avançado Lagoa da Confusão; VI - Campus Avançado Pedro Afonso; VII - Campus Colinas do Tocantins; VIII - Campus Dianópolis; IX - Campus Gurupi; X - Campus Palmas; XI - Campus Paraíso do Tocantins e XII - Campus Porto Nacional.

O IFTO tem como um de seus objetivos ministrar, em nível de educação superior, cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica e para a educação profissional.

No desenvolvimento da sua ação acadêmica o IFTO deve garantir, em cada exercício, o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, e o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas para cursos de licenciatura ou programas especiais de formação pedagógica, ressalvado o caso previsto no § 2º do art. 8º da Lei nº 11.892/2008 (IFTO, 2019a).

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Computação do *Campus Colinas do Tocantins* (2018), o referido *Campus* foi criado na conjuntura da terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2011-2014. Seu funcionamento foi autorizado em 10 de junho de 2014 pela Portaria MEC n.º 505/2014 (Brasil, 2024). Por quase dois anos (01/04/2014 a 12/12/2016) o IFTO funcionou instalado em sede provisória na região central de Colinas do Tocantins, no prédio da Fundação Maçônica de Assistência ao Menor. A partir de 13 de janeiro de 2016 o campus passou a funcionar na sua sede definitiva, localizada na zona rural da cidade, à Avenida Bernardo Sayão, s/n, setor Santa Maria (IFTO, 2018).

Consta no referido documento (IFTO, 2018) que após estudo realizado, em 2014, por uma comissão composta de servidores do IFTO e instituída por meio de portaria, foi iniciada a implantação do *Campus Colinas do Tocantins*, sendo realizada uma projeção inicial para implantação de cursos até 2019. De acordo com a percepção desses agentes escolares, os cursos listados abaixo, atenderiam bem às demandas locais de formação escolar: Técnico em Informática Integrado e Subsequente ao Ensino Médio; Técnico em Agropecuária Integrado e Subsequente ao Ensino Médio;

Qualificação em Operador de Computador Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA-FIC; Licenciatura em Computação; Bacharelado em Engenharia Agrônômica e Pós-graduação *lato sensu* em Didática da Educação Básica.

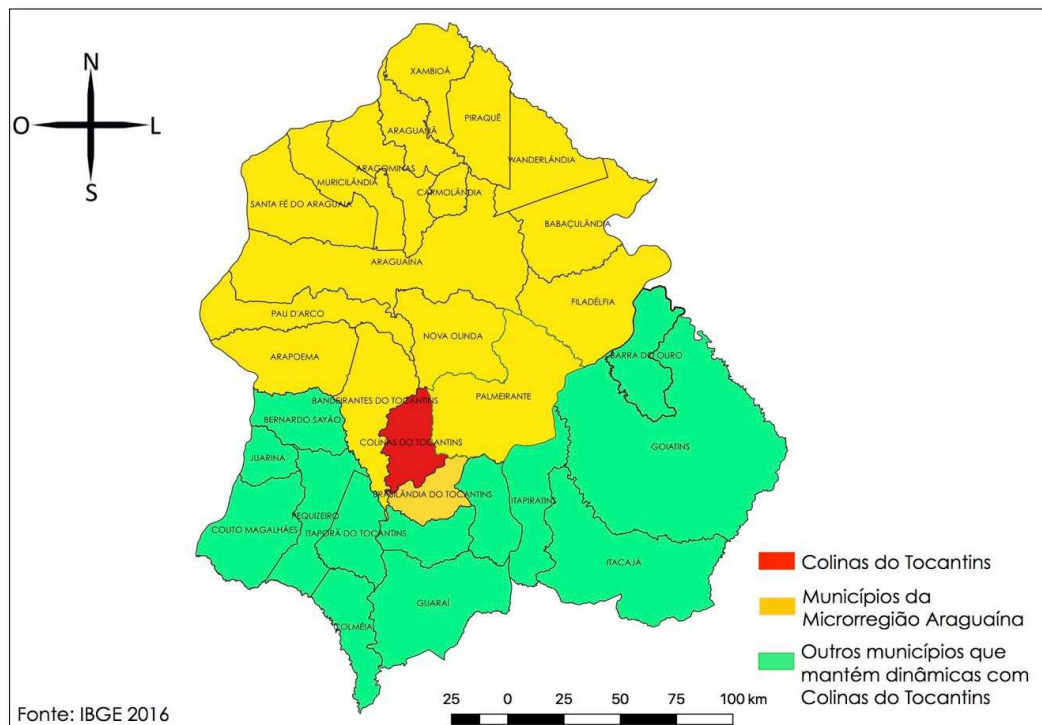
O Curso de Licenciatura em Computação do Campus Colinas do Tocantins consolidou um dos objetivos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal do Tocantins (IFTO, 2015-2019). O curso foi regulamentado pela Resolução n.º 51/2015 do CONSUP/IFTO e faz parte da área de conhecimento de Ciências Humanas. Ofertado na modalidade presencial o curso tem duração mínima, para integralização, de quatro anos e, no máximo, o dobro desse período: oito anos. A sua carga horária total é de 3.393,03 horas e encontra-se distribuída em oito semestres, constando: 2.333,03 horas de atividades formativas; 400 horas de Prática como Componente Curricular (PCC); 400 horas em estágio curricular supervisionado; 200 horas em atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme Artigo 13, Inciso III da Resolução CNE/CP no 2/2015 (Brasil, 2015); 60 horas para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sendo este último facultativo. A oferta de vagas é semestral, sendo oferecidas 45 vagas em cada processo seletivo (IFTO, 2018).

A intenção do *Campus* Colinas do Tocantins, segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Computação (2018), é oferecer um curso que possibilite aos professores em formação mobilizar as ferramentas computacionais nas suas rotinas de trabalho para fazer avançar os níveis educacionais e, conseqüentemente, o nível de empregabilidade das pessoas da região. Seu foco está na formação de pessoas atuantes, sensíveis às questões do desenvolvimento local, que sejam capazes de influenciar e inovar diante das demandas de natureza econômica, tecnológica, ambiental e sociocultural. Para tanto, a formação docente deve assegurar o acesso ao conhecimento de conceitos básicos sobre computadores; manejos de utilitários; internet/intranet; operação de hardwares; uso de softwares educacionais; conceitos de programação e sua utilização para atingir alguns objetivos para satisfação e benefício da sociedade. A expectativa é que esse conjunto de conhecimentos, e outros mais, cobrirão várias demandas regionais, especialmente aquelas oriundas do espaço educacional/escolar.

Segundo o documento estudado (IFTO/CTO/PPC, 2018), o Instituto Federal é a primeira e única instituição de ensino público federal que oferece ensino superior em

Colinas do Tocantins. O curso de Licenciatura em Computação em questão, portanto, figura como o primeiro curso de ensino superior público no município. A instalação desse Campus do IFTO, de fato, vem ampliando, num intervalo curto de tempo, as oportunidades educacionais para a população local e de municípios próximos.

Figura 1: Colinas do Tocantins e municípios circunvizinhos



Juntamente com o potencial do curso apresentado anteriormente, também se apresentam os desafios inerentes ao acesso e, principalmente, à permanência dos estudantes em continuar estudando, tendo em vista que grande parte deles são trabalhadores e padecem das necessidades comuns vivenciadas pela classe trabalhadora. Diante disso, a centralidade do presente estudo é explicitar os condicionantes gerais que determinam a não permanência de parte dos estudantes no Curso em pauta e indicar um quadro referencial que possa contribuir com a implementação de políticas mitigadoras da não permanência dos estudantes no Curso de Licenciatura em Computação do IFTO/Campus de Colinas, base empírica do presente estudo.

2.3 Política de acesso à educação superior brasileira

A história da educação superior no Brasil registra que o acesso a esse nível de ensino tem sido para poucos. Desde o período colonial, passando pelo Brasil Império, seguido pela Primeira República e pela Era Vargas, os cursos de nível superior eram frequentados pelos mais favorecidos economicamente.

Tomando como referência os dispositivos assegurados pela Constituição Federal de 1988 no que tange à democratização, Ferreira e Bierhalz (2023) destacam que na década de 1990, com as medidas de expansão e democratização do ensino superior tomadas pelo governo federal, houve uma ampliação da oferta de cursos e vagas de graduação no Brasil, que oportunizam o acesso das classes sociais mais desfavorecidas.

Na mesma direção, Zago, Paixão e Pereira (2016) apontam que a partir de 2003 as ações e programas do governo buscaram assegurar uma agenda de expansão e interiorização do acesso ao ensino superior por meio de políticas públicas, acenando, assim, para o crescimento do número de matrículas nos cursos de graduação e para o acesso a esse nível de ensino por parte de segmentos sociais historicamente privados desse direito.

Feita a expansão da educação superior por meio da ampliação do acesso a esse nível de ensino, a temática da qualidade passou a fazer parte da agenda governamental. Referente a este aspecto Corcini e Boneti (2006) destacam que, com a ampla expansão das Instituições de Ensino Superior (IES), no Brasil, principalmente na década de 1990, as exigências e o controle da qualidade de ensino das instituições públicas ou particulares tornaram-se mais rigorosos. Para tanto, a realização de alterações nesse sentido tornou-se indispensável, visando propiciar o aumento do nível educacional, que é fundamental ao desenvolvimento social e à melhoria de vida da sociedade.

Entretanto, na tensão entre o acesso e a permanência, com qualidade, atualmente existem grandes desafios nas instituições de ensino, entre eles está a oferta de mecanismos capazes de assegurar que os alunos ingressam em um curso de graduação e possam permanecer até a sua conclusão.

2.4 Acesso aos cursos de graduação no Brasil

Esta seção discute sobre os principais mecanismos de acesso ao ensino superior no Brasil e busca entender o que condiciona tais acessos, majoritariamente assegurados pelo vestibular tradicional – realizado pelas instituições de ensino –, além do ENEM e do SISU.

Segundo Santos (1988), os exames de admissão, como eram chamados, se tornaram obrigatórios a partir do ano de 1911. Em 1915, passaram a ser chamados de vestibular. Mais tarde, em 1996, graças à Lei de Diretrizes e Bases (LDB), os processos seletivos passaram a ser realizados de acordo com os critérios estabelecidos em edital por cada instituição. Para ter acesso ao ensino superior, o candidato precisa fazer a prova relativa aos conhecimentos de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Matemática, Química, Física e Redação. Por fim, surgiu o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que passou a ser utilizado pelo Ministério da Educação como ferramenta para medir a qualidade da educação do ensino médio no país.

O ENEM foi criado pela Portaria do MEC nº 438, de 28 de maio de 1998, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, com objetivo de reconhecer competências, avaliar habilidades e o aprendizado dos estudantes de ensino médio visando a formulação de políticas públicas educacionais.

Desde sua criação até os dias atuais o ENEM registra várias reformulações, tanto no seu conteúdo quanto no seu propósito. Em 2004, com a criação do PROUNI, o ENEM passou a ser usado como vestibular e, em 2009, passou a ser realizado em 2 dias (sábado e domingo). No ano seguinte, 2010, as universidades públicas passaram a aceitar a nota do ENEM como forma de ingresso por meio do Sisu e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) começa a utilizar as notas do ENEM como um dos critérios para o financiamento de valores dos encargos educacionais cobrados pelas instituições de ensino com adesão ao Fundo. Em 2017 as provas passaram a ser realizadas em dois domingos consecutivos e, em 2018, foram incluídos os pedidos de isenção da taxa de inscrição e a necessidade da justificativa da ausência do candidato em edições anteriores; também foi ampliado o tempo de realização da prova. Já em 2020 surge o ENEM Digital, com exceção da prova de redação. Em 2022, são adotadas novas formas de pagamento da taxa de inscrição – PIX e cartão

de crédito – e passa a ser aceita a apresentação de documentos de identificação no formato digital (MEC, 2021).

Conforme o MEC (2021), os ajustes sociais na sociedade capitalista buscam adequar o sistema ao modo de produção e reprodução da vida social. Nesse sentido, as reformulações relativas ao acesso do estudante à universidade visam dar mais oportunidades de acesso ao ensino superior, incluindo um número cada vez maior de pessoas, principalmente os grupos menos favorecidos socioeconomicamente.

Ainda sobre o acesso à educação superior (MEC, 2023), o Sistema de Seleção Simplificada (SISU), criado em 2009, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, é um sistema eletrônico gerenciado pelo Ministério da Educação para vagas ofertadas por instituições públicas de ensino superior em todo Brasil. Os estudantes inscritos são selecionados conforme sua média no ENEM até o limite de vagas, por curso e modalidade de concorrência, conforme escolha do candidato inscrito e perfil socioeconômico para Lei de Cotas.

Assim como para os demais programas de governo que facilitam o acesso ao ensino superior, o candidato vulnerável é isento do pagamento da inscrição e deve preencher um formulário de perfil socioeconômico. A mencionada isenção exige que o candidato tenha participado da última edição do ENEM, como um dos pré-requisitos.

O acesso aos cursos de graduação no IFTO tem sido realizado por meio do Vestibular Unificado, ENEM, SISU, Transferência Interna, Transferência Externa, Portador de Título e Reingresso.

O Vestibular Unificado une a seleção para os cursos de todos os *campi* em editais separados por nível de ensino – médio e superior – e é gerido por uma comissão central formada por designação *multicampi* e multiprofissional. Cada *campus* participante compõe uma comissão local responsável pela organização e execução do certame, sob supervisão da Comissão central.

No vestibular unificado do IFTO é utilizada a Lei de Cotas, Lei nº 12.711/2012, que garante a reserva de 50% das matrículas, por curso e turno, para alunos oriundos integralmente do ensino médio público em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

A Transferência Interna, também chamada de Mudança de Curso, é a passagem do estudante do curso em que está matriculado para outro curso do mesmo nível no mesmo campus, podendo ser, inclusive, de outro campus do IFTO para o Campus Colinas do Tocantins.

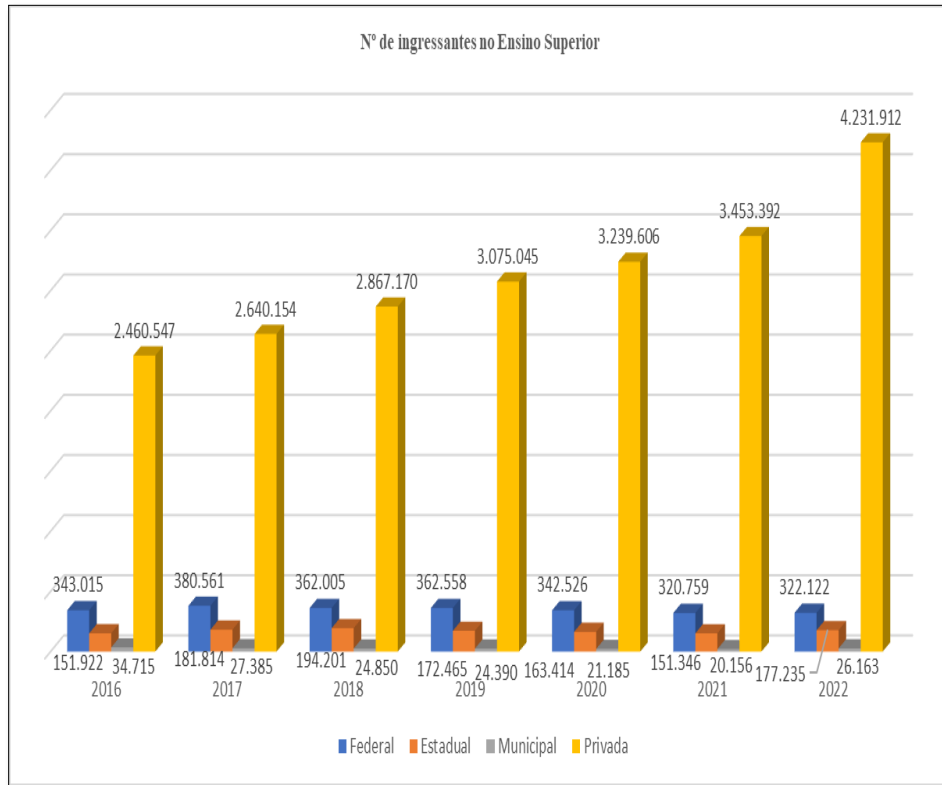
A Transferência Externa é a passagem do estudante de um curso ofertado em outro estabelecimento de ensino para um curso de mesmo nível ofertado pelo Campus Colinas do Tocantins do IFTO.

Para transferência externa e interna entre cursos de graduação o estudante deverá ter concluído com êxito, no mínimo, todos os componentes curriculares do primeiro período letivo do curso de origem. Nesse processo de transferência externa e interna entre cursos de graduação deverá haver correlação entre os cursos – o curso de origem e o curso pretendido –, ou seja, devem ser atendidos os seguintes requisitos: a) curso de idêntica habilitação profissional, que são os cursos estabelecidos pelo Ministério da Educação; b) curso de eixo tecnológico afim ou correlato, que são os cursos que apresentam similaridade no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) quanto a: carga horária, finalidades e objetivos, perfil profissional e grade curricular; c) de curso de mesmo eixo tecnológico.

A opção de acesso como Portador de Título pode ser pleiteada por graduados em cursos de nível superior, preferencialmente de eixo tecnológico afim ou correlato, ou curso de mesmo eixo tecnológico ou área de conhecimento afim ou correlato.

O Reingresso, exclusivamente para o mesmo curso, é facultado aos estudantes dos cursos de graduação do IFTO que se enquadrem nas seguintes situações: I – *status* evadido; ou II – *status* desligado.

Tomando por referência os indicadores do acesso ao ensino superior a partir das estatísticas relativas ao período de 2016 a 2022 (Brasil, 2022) verificamos, conforme o Gráfico 1, que a quantidade maior de ingressos na Educação Superior está concentrada na rede privada, representando, em média, cerca de 84% em relação ao total de ingressantes, seguido por 10% dos ingressantes na Educação Pública Federal, 5% da Educação Pública Estadual e 1% da Educação Pública municipal.

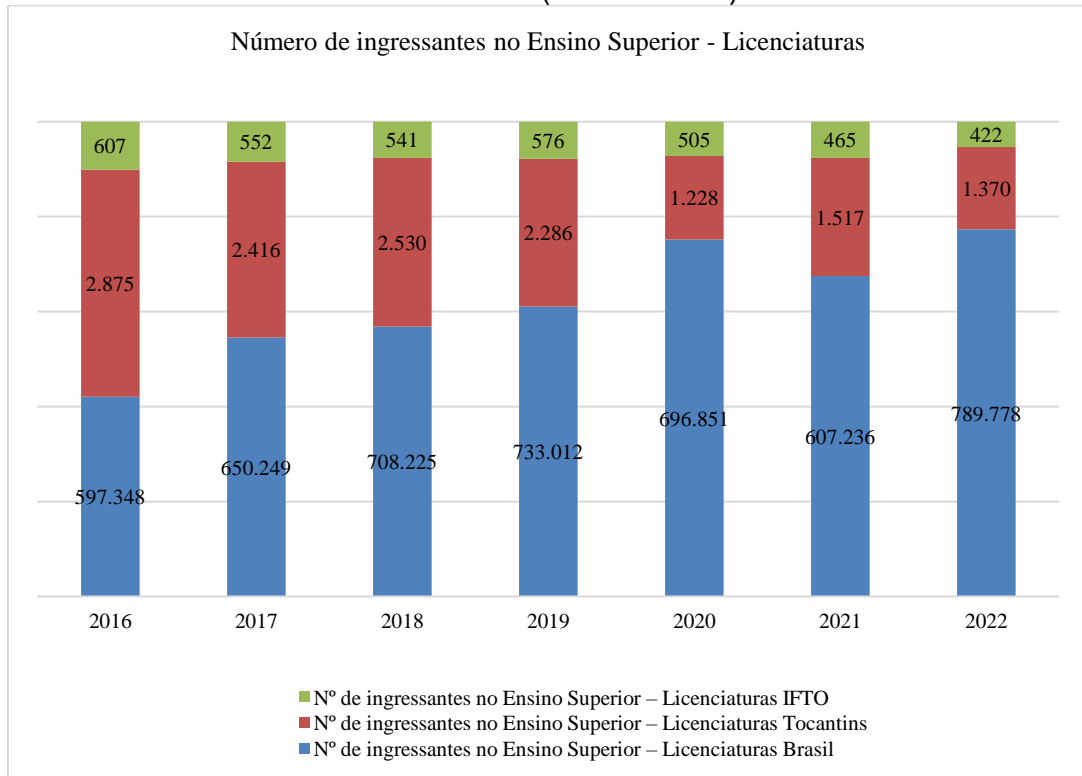
Gráfico 1: Número de ingressantes no ensino superior brasileiro (2016 – 2022)

Fonte: INEP//CENSUP (2022).

O acesso aos cursos de Licenciaturas, no Brasil, está representado no gráfico 2. Como pode ser observado, o número de ingressos em âmbito nacional – representado na cor azul – apresentou crescimento até 2019. Em 2020, período em que vivenciamos a crise pandêmica causado pelo Covid-19, houve uma queda nesse número. Em 2022, os ingressos nos referidos cursos retomam o crescimento no ritmo semelhante aos anos anteriores ao Covid-19.

No Tocantins, em relação aos cursos de licenciaturas, os ingressos oscilaram nesse período, até que em 2020 houve uma queda de pelo menos metade dos ingressos do ano anterior. Já no IFTO, os ingressos nas Licenciaturas diminuíram a cada ano, com exceção do ano de 2019, que houve leve aumento, mas, nos anos posteriores, os números voltaram a cair.

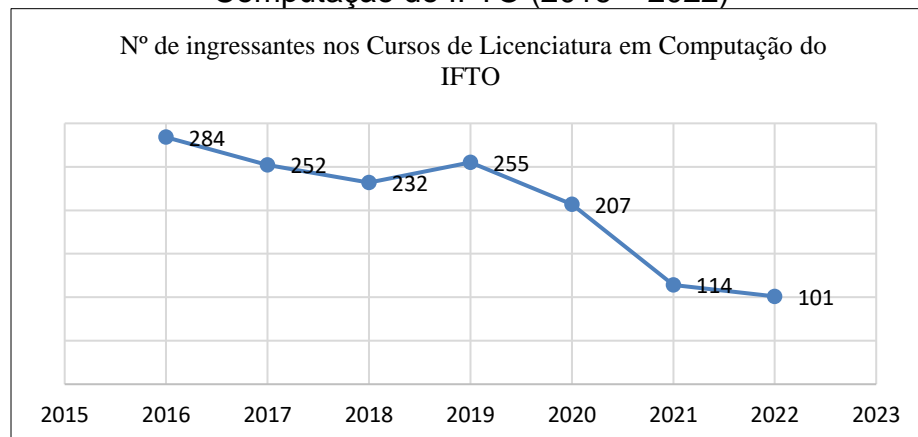
Gráfico 2: Número de ingressantes no ensino superior nas Licenciaturas (2016 – 2022)



Fonte: INEP/CENSUP (2022).

O gráfico 3 representa o número de ingressantes nos cursos de Licenciatura em Computação da instituição IFTO ao longo do período de 2016 a 2022. Notamos que houve uma diminuição nos ingressos desde o ano de 2019, período que inclui a Pandemia ocasionada pelo Covid-19.

Gráfico 3: Número de ingressantes nos cursos de Licenciatura em Computação do IFTO (2016 – 2022)

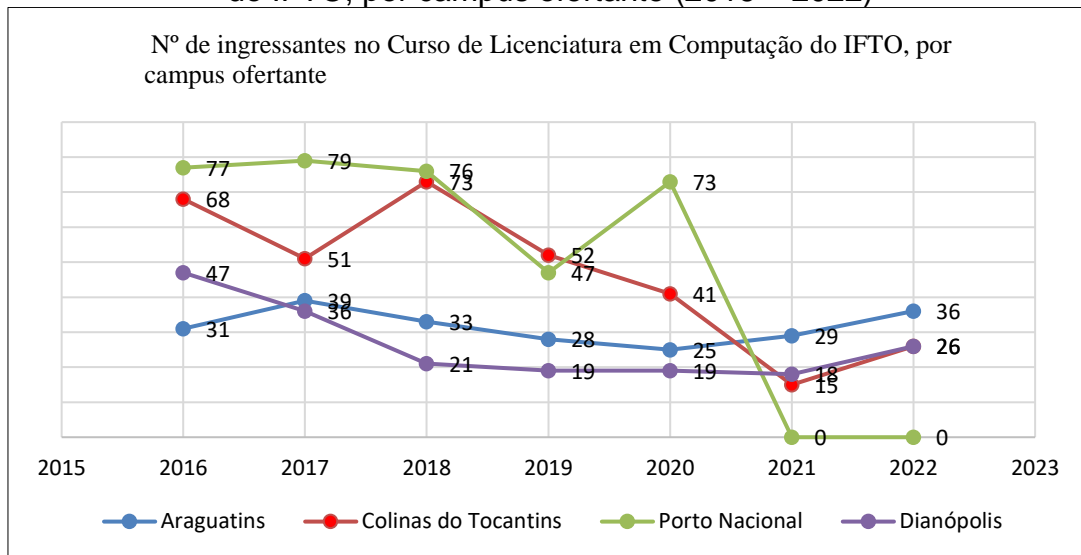


Fonte: INEP/CENSUP (2022).

No gráfico 4 podemos verificar os ingressos por *campi* ofertante do curso de

Licenciatura em Computação no IFTO. É possível observar, desde 2018, uma queda no ingresso no curso no *Campus* Colinas do Tocantins em relação ao demais *campi*, com exceção do *Campus* Porto Nacional, que encerrou a oferta do curso em 2021.

Gráfico 4: Número de ingressantes no Curso de Licenciatura em Computação do IFTO, por campus ofertante (2016 – 2022)



Fonte: INEP/CENSUP (2022).

Constatamos a partir dos dados apresentados que tem havido um decréscimo na procura pelos cursos de licenciaturas, em geral, com suas repercussões para a realidade do Tocantins, abrangendo os Cursos ofertados no IFTO, entre eles o Curso de Licenciatura em Computação. Conforme análise dos Editais de Vestibular Unificado (IFTO, 2016; 2017; 2018; 2019c; 2020; 2021) e do Relatório Qualitativo de Evasão e Retenção do IFTO (IFTO, 2018), a diminuição do acesso deve-se a: falta de valorização da profissão docente; dificuldades relativas às disciplinas que exigem boa formação de Matemática no ensino médio; dificuldades de conciliação entre trabalho e estudos; distância para chegar ao *Campus* Colinas do Tocantins, onde o curso é ofertado, posto que este se localiza a 4 km da cidade, sendo necessário transporte para realizar o deslocamento; entre outros fatores.

2.5 Permanência nos cursos de Graduação no Brasil e suas repercussões para o IFTO/Tocantins

O Ensino Superior no Brasil – desde a década de 1970 – registra um processo de ampla expansão com a criação de novas IES e ampliação das existentes. O

aumento de vagas nesse nível de ensino abriu portas para que jovens de camadas sociais mais baixas tivessem acesso à educação superior como mecanismo de mobilidade social e melhoria das condições de vida (ENAP, 2021).

Vencido o desafio de acesso ao ensino superior outros desafios se apresentam para que o estudante permaneça no curso, principalmente o segmento estudantil em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

As dificuldades enfrentadas pelos estudantes no percurso da formação no ensino superior tem sido tema recorrente no contexto acadêmico, visto que a problemática permanece no interior das Instituições de Ensino Superior, especialmente em cursos de formação de professores, pois, além das dificuldades pertinentes à formação, faz-se necessário, ainda, (re)significar o ensino e tornar a profissão mais atrativa para os jovens que estão concluindo o ensino médio (Saviani, 2009; Gatti *et.al*, 2010; Carvalho, 2017).

Os esforços para aumentar as chances de formação no ensino superior por parte da população mais vulnerável resultaram na instituição de um conjunto de políticas e programas conhecidos como Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (ENAP, 2021).

O PNAES, instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Segundo o referido documento, as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010).

Ressaltamos que para a elaboração do PNAES foi importante a realização de diagnóstico sistemático sobre a diplomação, retenção e evasão nas universidades. Tal diagnóstico foi acompanhado de estudos, monitoramento, acompanhamento e avaliação da educação no âmbito das universidades (Brasil/MEC, 1997; Silva Filho; *et al*, 2007; Dias; Theófilo; Lopes, 2010; Amaral, 2009).

No campo social, Rosa e Ribeiro (2017); Dias, Theóphilo e Lopes (2010) afirmam que fatores socioeconômicos representam barreiras significativas para a continuidade dos estudos, pois, os estudantes de baixa renda enfrentam dificuldades para suprir suas necessidades básicas, como moradia, alimentação e transporte. Na

área da saúde foi identificada a relação entre a precariedade das condições de vida e o impacto negativo sobre o bem-estar mental e físico dos alunos, o que afeta seu desempenho acadêmico e sua permanência na universidade (Nogueira, 2017). Estudos voltados para a educação também reforçam a importância de suporte acadêmico e pedagógico para alunos de perfis variados, muitos dos quais necessitam de auxílio em processos de adaptação e superação de lacunas educacionais (Tinto, 1975). Desta forma, o PNAES se configura como uma resposta ampla ao abordar múltiplas dimensões necessárias para apoiar os estudantes e promover uma educação superior mais acessível e inclusiva.

Sublinhamos, ainda, com base em Silva e Carvalho (2020, p. 22), que a constituição da política de assistência estudantil é resultado de luta e disputa histórica do segmento estudantil que pode ser situada em três fases:

[...] a primeira fase corresponde ao período da criação da Casa do Estudante Brasileiro, em 1928, e estende-se até o final da década de 1970, quando se tem a criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE); a segunda fase condiz com o período próximo à abertura democrática no Brasil, especificamente, a partir da criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), em 1987, e se amplifica até a elaboração do Programa Universidade para Todos (ProUni), nos anos de 2004; e a terceira fase corresponde ao período que se inicia em 2007, a contar da criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e estende-se até os dias atuais.

Para os propósitos do presente estudo destacamos que o movimento de constituição da política de assistência estudantil, no Brasil, na completude do seu processo histórico, não se realizaria/realizará “[...] sem a manifestação de confrontos, resistências, polarizações e contradições inerentes às pautas e aos interesses que subjazem às iniciativas empreendidas pelos sujeitos envolvidos na produção desses significados” (Silva; Carvalho, 2020, p. 22).

2.5.1 Permanência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO)

Em relação à base empírica da presente pesquisa, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) entende que a gestão da Assistência Estudantil deve alcançar o conceito de vulnerabilidade numa perspectiva holística e de qualidade heterogênea, ou seja, entrecruzando os diferentes contextos

a fim de identificar e enfrentar as situações problemas que expõem os estudantes a riscos de evasão e/ou baixo rendimento acadêmico. Desta forma, o IFTO, a partir dos debates coletivos iniciados no primeiro semestre de 2019, iniciou a reformulação do Regulamento da Assistência Estudantil do IFTO. Para tanto, propôs a normatização do trabalho interdisciplinar dos profissionais lotados na assistência estudantil, a fim de assegurar maior eficiência, eficácia e coerência em relação às intervenções feitas junto aos estudantes. Trata-se de uma equipe multiprofissional de apoio à sala de aula na realização de diagnóstico e propõe as ações de enfrentamento das diferentes formas e expressões das vulnerabilidades (IFTO, 2020). Decorrente da atuação desta equipe o IFTO elaborou e vem implementando a Política de Assistência Estudantil (POLAE).

Esclarecemos referenciado em IFTO (2020) que para dar melhor assistência aos acadêmicos do IFTO – no âmbito das Coordenações de Assistência Estudantil dos *campi* e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE), vinculada à Reitoria – a mencionada equipe foi constituída, composta por assistentes sociais, assistentes em administração, assistentes de alunos, enfermeiros, técnicos em enfermagem, auxiliar de enfermagem, médicos, nutricionistas, pedagogos da área de orientação educacional, psicólogos, odontólogos, tradutores/intérpretes de linguagem de sinais. A equipe em pauta atua como suporte do Comitê Estratégico de Assistência Estudantil, composto por uma equipe multiprofissional e *multicampi*.

O Comitê Estratégico é a instância colegiada máxima e permanente da Assistência Estudantil do IFTO, é responsável pelas estratégias e deliberações das diversas frentes de atuação da assistência estudantil no âmbito do IFTO e tem sua instituição e seus membros nomeados pelo Reitor. São atribuições do Comitê Estratégico (art.17):

[..]

I - desenvolver um modelo de gestão integrada, a partir de uma visão sistêmica que alcance conceitos de estratégias e orientada para processos, com base nas necessidades operacionais de todos os envolvidos e nos objetivos da Política de Assistência Estudantil;

II - definir instrumentos e indicadores de desempenho, avaliação do impacto e efetividade dos serviços, projetos e ações, visando à qualidade na implementação da Política de Assistência Estudantil no IFTO;

III - coordenar a execução, monitoramento e avaliação da POLAE;

IV - analisar e deliberar sobre denúncias e/ou casos omissos referentes às ações da Política de Assistência Estudantil;

V - capacitar os servidores com relação aos temas atinentes à assistência estudantil;

VI - promover, mediante necessidades, ações relacionadas à implementação da assistência estudantil, em conjunto com os *campi*;

VII - coordenar os processos de revisão e atualização da Política de Assistência Estudantil dos serviços, ações, programas e projetos;

VIII - aprimorar os processos de trabalhos, métodos, fluxos, normas e rotinas de funcionamento e programas pertinentes à assistência estudantil;

IX - deliberar e anuir sobre as propostas encaminhadas pelos GTTs.

X - criar e manter atualizado espaço eletrônico da assistência estudantil no portal eletrônico do IFTO;

XI - planejar, executar, monitorar e avaliar as intervenções e aplicação do recurso financeiro.

§ 1º O Comitê Estratégico da Assistência Estudantil deverá ser dotado de autonomia, recursos materiais necessários ao desempenho de suas competências para fins de planejamento e deliberação sobre assuntos atinentes a assistência estudantil (IFTO, 2020).

Os auxílios financeiros da Assistência Estudantil do IFTO são caracterizados em dois eixos compostos por Serviços Essenciais e Universal. Assim, conforme o Capítulo XIII, artigo 26, que trata da caracterização dos auxílios financeiros da assistência estudantil do IFTO,

[...] As ações com recurso financeiro da assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (IFTO, 2020).

As ações de implementação de cada eixo ocorrem por meio da oferta de serviços de intervenção, além das ações, programas ou projetos nas áreas que demandam recursos financeiros, como moradia, alimentação, transporte (locomoção entre residência e o *Campus*), material didático, cuidador, emergencial, atenção primária à saúde mental e física, bem como atividades e eventos acadêmicos, culturais, artísticos, esportivos, comunitários, e apoio a viagens para eventos institucionais ligados às áreas do Ensino, Pesquisa, Extensão e Assuntos Estudantis (IFTO, 2020). Previamente, as ações devem ser planejadas anualmente e serem submetidas à anuência da Assistência Estudantil do campus e da Reitoria.

As ações do eixo de *serviços essenciais* consideram os aspectos social, econômico, pedagógico-educacional, sanitário, psicológico, nutricional e comunicacional. Para a concessão de auxílio financeiro, o eixo é destinado a estudantes regularmente matriculados e frequentes nos cursos de ensino médio e superior que se encontram em situação de vulnerabilidade, de modo a atender, com prioridade, aqueles com renda *per capita* familiar de até 1,5 salário-mínimo e meio,

visando, essencialmente, contribuir para a redução dos índices de baixa frequência, retenção e evasão.

As ações do *eixo universal* dependem de subsídios financeiros para atender às atividades vinculadas às áreas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Assuntos Estudantis do IFTO, tais como visitas técnicas, eventos esportivos, culturais, entre outros, desde que apresentem pertinência e relação com a finalidade desta normativa. O que condiciona a realização das ações é a existência de projetos, cujo proponente deve responsabilizar-se pela seleção dos estudantes e pelo acompanhamento e avaliação do impacto da ação na permanência e transformação dos estudantes envolvidos (IFTO, 2021). Para a participação do estudante nas ações universais não é necessária a realização do estudo socioeconômico e cultural, no entanto, está condicionada à frequência global mínima de 75% e/ou aproveitamento acadêmico.

Conforme estabelecido na Política de Assistência Estudantil do IFTO, em seu artigo 39,

[...] Deverá ser monitorado o desempenho acadêmico/escolar (elevação da frequência e minimização da evasão) dos estudantes atendidos com auxílios financeiros e/ou serviços especializados, observando-se os indicadores (IFTO, 2020).

Quadro 1: Dados dos indicadores da Política de Acesso e Permanência do IFTO

DADOS DOS INDICADORES	
Nome do Indicador	Objetivo do Indicador
I. Perfil socioeconômico dos estudantes matriculados considerando as referências	Identificar o perfil socioeconômico dos estudantes no IFTO e por <i>Campus</i>
II. Relação de matriculados por demanda de auxílio financeiro	Verificar os motivos da não participação no requerimento de auxílio
III. Demanda de auxílios por recursos disponíveis	Avaliar a disponibilidade orçamentária por demanda
IV. Quantidade de auxílios concedidos por faixa de renda per capita	Responder ao órgão de controle (Exemplo MEC que solicita valor de auxílio por faixa)
V. Taxa da efetividade do valor do auxílio na superação da retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras	Analisar a qualidade dos valores concedidos na minimização dos efeitos das vulnerabilidades em virtude do desempenho
VI. Relação de estudantes e quantidade de auxílios recebidos por ações	Mapear o caminho da execução financeira entre a população discente
VII. Relação de matriculados por demanda de atendimentos em serviços	Demonstrar o fluxo das intervenções da equipe de trabalho da AE
VIII. Percentual de estudantes aprovados que receberam atendimento da equipe de trabalho da AE	Validar as estratégias positivas
VIII. Percentual de estudantes reprovados que receberam atendimento da equipe de	Categorizar as causas da ausência de êxito

trabalho da AE	
IX. Percentual de estudantes aprovados que receberam auxílio financeiro	Manter as estratégias positivas (pecúnia e serviços)
X. Percentual de estudantes reprovados que receberam auxílio financeiro	Diagnosticar as causas da evasão
XI. Percentual de estudantes atendidos pela equipe de trabalho que evadiram	Aprimorar estratégias interventivas

Fonte: Política de Assistência Estudantil (IFTO, 2020).

Os auxílios financeiros poderão ser ofertados via edital ou por encaminhamento, de acordo com as demandas de cada campus do IFTO.

Ainda sobre a Política de Assistência Estudantil do IFTO, artigo 40 (IFTO, 2020), destacamos que:

[..] O Comitê Estratégico da Assistência Estudantil, em conjunto com a Unidade de Gestão da Assistência Estudantil da Reitoria, deverá estabelecer mecanismos/instrumentos de monitoramento e avaliação das ações, serviços e recursos envolvidos no Eixo de Serviços Essenciais e Eixo Universal, a partir das seguintes características:

I - mensurabilidade, o que pode ser medido;

II - centralidade, referente a aspectos essenciais que descrevem a situação no momento da coleta de dados;

III - padronização, que reflete aspectos da qualidade do objeto avaliado em relação a um padrão referente por intermédio de normas que permitam realizar juízos de valor; e

IV - divulgação, que visa dar transparência institucional às ações da assistência estudantil em suas unidades de gestão.

§ 1º O mecanismo de divulgação poderá ser um painel eletrônico desde que integrado às ações realizadas nas unidades de gestão da assistência estudantil e que apresente o resultado da evolução dos indicadores na forma de gráficos, mapas e tabelas com exibição em tempo real.

§ 2º O painel eletrônico ficará hospedado na página eletrônico do IFTO/Reitoria, preferencialmente em sistema de informação próprio da assistência estudantil.

Com base, no que está escrito nos § 1º e 2º do artigo 40, foram realizadas buscas no site eletrônico da instituição, contudo, não foram encontrados dados sobre o painel eletrônico com os resultados da aplicação da política de assistência estudantil no IFTO, como dados estatísticos e gráficos.

Por meio dos editais de seleção para concorrer às bolsas da assistência estudantil o Campus Colinas do Tocantins oferta, dentro do Eixo de Assistência e Apoio ao Estudante, as seguintes modalidades: Auxílio Transporte Intermunicipal I, Auxílio Transporte Intermunicipal II, Auxílio Transporte Urbano I, Auxílio Transporte Urbano II, Auxílio Moradia, Auxílio-Alimentação, Auxílio Emergencial. Já no Eixo Universal, conta com a modalidade Auxílio Uniforme.

Quadro 2: Assistência estudantil no IFTO Campus de Colinas do Tocantins

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFTO CAMPUS DE COLINAS	
Tipos de auxílios estudantil	Caracterização
Auxílio Transporte Intermunicipal	Consiste no auxílio para o pagamento de transporte aos alunos residentes em outros municípios que não dispõem de transporte próprio ou fornecido pelos municípios de domicílio.
Auxílio Transporte Urbano I	Caracteriza-se pelo repasse mensal de auxílio financeiro referente ao valor gasto com transporte estudantil nos dias letivos aos estudantes matriculados nos cursos técnicos na modalidade Integrado ao Ensino Médio.
Auxílio Transporte Urbano II	Caracteriza-se pelo repasse mensal de auxílio financeiro referente ao valor gasto com transporte estudantil nos dias letivos aos estudantes matriculados nos cursos nas modalidades subsequentes ao Ensino Médio e Ensino Superior.
Auxílio moradia	Consiste no auxílio para pagamento de aluguel aos estudantes de outros municípios ou estados que não possuem familiares diretos (pai, mãe, irmão) ou responsáveis legais na região onde estudam.
Auxílio alimentação	Consiste no auxílio para pagamento de alimentação diária ao estudante.
Auxílio emergencial	É destinado aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que passam por situações emergenciais. O benefício é oferecido, excepcionalmente, de acordo com a avaliação da Coordenação Local de Assistência Estudantil (COLAE).
Auxílio Uniforme	Consiste na concessão de até três camisetas padrão do IFTO.

Fonte:

Quadro 3: Quantitativo de vagas para Bolsa Assistência Estudantil no Campus Colinas do Tocantins/ IFTO (2016-2020)

Eixos	Modalidades	2016 - Edital 2/2016	2017 - Edital 26/2017	2018 - Edital 2/2018	2019 - Edital 1/2019	2019 - Edital 42/2019	2019 - Edital 77/2019	2020 - Edital 14/2020
Eixo de Assistência e Apoio ao Estudante	Auxílio Transporte Intermunicipal II	-	-	-	20	8	8	20
	Auxílio Transporte Urbano II	55	45	70	40	5	10	25
	Auxílio - Moradia	10	5	15	10	5	3	10
	Auxílio- Alimentação	40		80	40	5	5	95
	Auxílio Emergencial*	até 3 vezes por ano	até 15 por semestre	até 3 vezes por ano	até 3 vezes por ano	até 3 vezes por ano	até 3 vezes por ano	até 3 vezes por ano

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos Editais de Seleção de Bolsa Assistência Estudantil do Campus Colinas do Tocantins, no período de 2016 a 2020.

Conforme demonstrado no Quadro 3, a quantidade de bolsas ofertadas é

insuficiente e não atende todos os acadêmicos do curso de Licenciatura em Computação, considerando que a quantidade ofertada nas modalidades Auxílio moradia, Auxílio Alimentação e Auxílio Emergencial destina-se, também, a alunos de outros cursos, além de Licenciatura em Computação.

Quadro 4: Quantitativo de vagas para Bolsa Assistência Estudantil no Campus Colinas do Tocantins, do IFTO (2021-2022)

Eixos	Modalidade	2021- Edital 13/2021	2022 - Edital 06/2022
		Quantidade de Bolsas	Quantidade de Bolsas
Grupo 1	Baixo grau de vulnerabilidade	130	8
Grupo 2	Médio grau de vulnerabilidade	10	8
Grupo 3	Alto grau de vulnerabilidade	10	8

Fonte: Elaboração da autora com base nos Editais de Seleção de Bolsa Assistência Estudantil do Campus Colinas do Tocantins, no período de 2021 a 2022.

A partir do Edital de seleção de bolsas em 2021 foram ofertadas bolsas nos Eixos: Grupo 1 – Baixo grau de vulnerabilidade; Grupo 2 – Médio grau de vulnerabilidade; e Grupo 3 – Alto grau de vulnerabilidade, conforme demonstra o Quadro 3. Tal classificação sugere que os recursos podem ter sido reduzidos levando a instituição a escalonar o nível da vulnerabilidade estudantil, o que explicita o tratamento desigual aos que necessitam da assistência para permanecer estudando.

Frente ao exposto, resta saber se a política em pauta está sendo efetiva, tendo em vista o conjunto de alunos evadidos nos cursos mencionados nesta pesquisa, incluindo o Curso de Licenciatura em Computação, objeto do presente estudo. Ou seja, é preciso explicitar as causas dificultadoras da permanência dos estudantes nos cursos do IFTO, incluindo os Cursos de Licenciaturas, a exemplo do curso que ilustra este estudo: o Curso de Licenciatura em Computação do Campus de Colinas/TO. Diante disso a pesquisa buscou responder: o que é determinante para a não permanência estudantil no Curso? Quais as causas internas e externas apontadas nos documentos e relatórios da Equipe Multidisciplinar, apresentada anteriormente?

3 CONDICIONANTES DA DESISTÊNCIA DOS ESTUDANTES NO CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO DO IFTO/COLINAS

As dificuldades de permanência dos estudantes na educação superior abrangem as diversas instituições educacionais brasileiras. Assim, sem desconsiderar a realidade nacional, nesta seção temos por preocupação responder quais os motivos da desistência dos estudantes no curso de Licenciatura em Computação, do Campus Colinas do IFTO? Para tanto, o objetivo pretendido foi identificar os condicionantes que determinam a evasão/desistência no curso de Licenciatura em Computação do IFTO, campus de Colinas/TO.

Os achados, a partir do proposto, estão organizados em duas partes. Na primeira parte sintetizamos as principais causas para a permanência dos estudantes no Brasil e, na segunda, identificamos os determinantes das dificuldades de permanência nos Cursos de licenciaturas do IFTO, incluído o Curso de Licenciatura em Computação do Campus de Colinas/TO.

3.1 Condicionantes da não permanência estudantil na educação superior brasileira

São várias as situações de não permanência dos estudantes dos cursos de graduação brasileiros, dentre as principais encontram-se a desistência temporária ou evasão definitiva do curso.

A evasão é um fenômeno que acontece quando um aluno não concluiu o curso e não está mais matriculado. É importante saber diferenciar abandono de evasão. Para Gomes (1999), abandonar é deixar de estudar por determinado período e retornar aos estudos; evadir é deixar os estudos e não retornar nos anos seguintes.

A evasão é um problema presente em todos os espaços educacionais e está relacionada, segundo Dias, Theóphilo e Lopes (2010), a diversos fatores, sendo estes internos e externos. Os internos, ligados ao curso, envolvem infraestrutura, corpo docente e assistência sócio educacional. Já os fatores externos relacionam-se ao aluno, tais como vocação, aspectos socioeconômicos e problemas de ordem pessoal (Bueno, 1993).

Segundo Silva Filho *et al* (2012), o fenômeno da evasão atinge tanto instituições públicas quanto privadas, e representa perda social, de recursos

financeiros e do tempo de todos que fazem parte do processo de ensino, pois não é apenas o aluno que perde, mas, também, a instituição, o sistema de educação em sua totalidade.

Para Machado e Carvalho (2020) as perdas vão além do desperdício do dinheiro público, pois aumenta a possibilidade de fechamento de alguns cursos de graduação. Os autores ainda destacam que a evasão está muito presente nos cursos voltados à formação de professores, visto que estes registram número menor de concluintes em comparação com os demais.

Segundo Tinto (1975), a falta de interação efetiva entre o indivíduo estudante e a instituição pode levá-lo ao abandono. Como aponta o autor, “[...] quanto maior for o grau de integração do indivíduo nos sistemas universitários, maior será o seu compromisso com a instituição específica e com o objetivo de conclusão da faculdade” (Tinto, 1975, p. 96).

Conforme o Documento Orientador para superação da evasão e retenção na Rede Federal (SETEC/MEC,2014), as causas da evasão e retenção podem ser originadas por fatores internos e externos às instituições, assim como por fatores individuais, como demonstrado no quadro seguinte.

Quadro 5: Causas da evasão e retenção – Documento orientador para superação da evasão e retenção na Rede Federal de Ensino

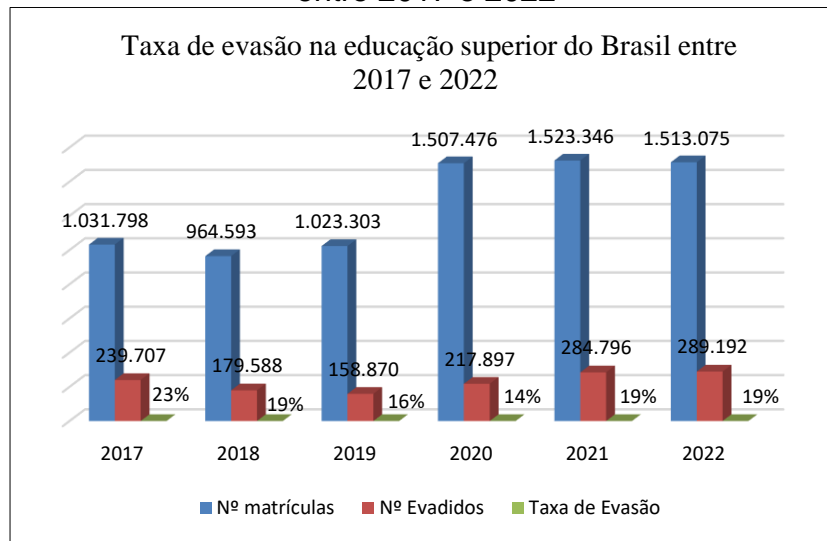
CAUSAS DA EVASÃO E RETENÇÃO	
Fatores	Características
Individuais	Adaptação à vida acadêmica
	Capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo
	Compatibilidade entre estudo e trabalho
	Descobertas de novos interesses ou novo processo seletivo
	Motivação com o curso escolhido
	Questões de ordem pessoal ou familiar
	Participação e envolvimento em atividades físicas
	Personalidade
	Escolha precoce da profissão
	Informação a respeito do curso

	Qualidade da formação escolar anterior
Internos às instituições	Estrutura e flexibilidade curricular
	Cultura institucional de valorização da docência
	Abrangência dos programas institucionais (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria)
	Formação do professor
	Gestão acadêmica do curso (horário, oferta de disciplinas)
	Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino
	Inclusão social e respeito à diversidade
	Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino
	Motivação do professor
	Processo de seleção e política de ocupação de vagas
	Questões didático-pedagógicas
	Relação escola-família
	Externos às instituições
Conjuntura econômica e social	
Oportunidade de trabalho para egressos do curso	
Políticas governamentais para a educação profissional e tecnológica e para a educação superior	
Questões financeiras da instituição	
Reconhecimento social do curso	
Valorização da profissão.	

Fonte: SETEC/MEC,2014

Depreendemos que a evasão apresenta uma necessidade urgente de solução ou mitigação, pois o Estado, os estudantes, as instituições educacionais, as famílias e a sociedade sofrem prejuízos com a perda de recursos, conhecimentos científicos e tecnológicos propícios ao desenvolvimento do país.

Gráfico 5: Taxa de evasão na educação superior do Brasil entre 2017 e 2022



Fonte: INEP/CENSUP (2022).

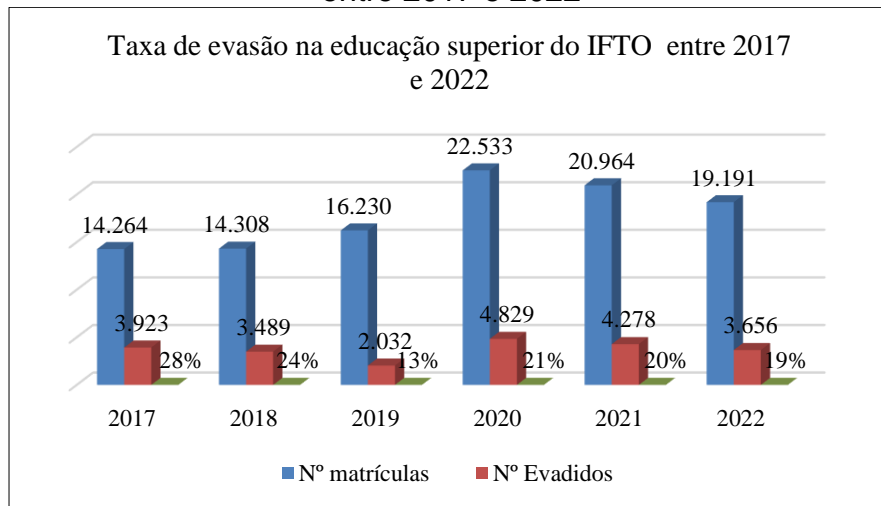
De acordo com o gráfico 5, considerando somente a evasão média, que corresponde ao abandono definitivo dos estudantes, já significa uma perda grande de recursos, energias e possibilidades de realização humana. No que tange ao abandono temporário, a situação se intensifica, pois o número de estudantes que tem dificuldades em permanecer estudando aumenta mais ainda; nesse sentido, é importante a produção de conhecimento que possa repercutir positivamente para que as políticas públicas possam ser elaboradas, implantadas e implementadas em favor da permanência estudantil, e, no caso do foco deste estudo, da permanência do aluno trabalhador, futuro professor das escolas públicas, em grande parte, mal assistidas de profissionais adequadamente qualificados nas diversas áreas do conhecimento.

Em outras palavras, faz-se necessário o desenvolvimento de políticas estruturantes que busquem desenvolver, de forma sustentável, o Brasil e que inclua a educação como parte dos investimentos financeiros necessários para tal desenvolvimento, abrangendo os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Conforme o entendimento geral do presente estudo, tal desenvolvimento é fundamental para a superação dos condicionantes políticos, materiais, ideológico-comunicacional e institucional que têm determinado a não permanência dos estudantes nos cursos superiores, a exemplo dos cursos de licenciaturas, e comprometido a garantia do direito à educação nos aspectos quantitativos e qualitativos.

3.1.1 Condicionantes da não permanência estudantil no IFTO e no Curso de Licenciatura em Computação de Colinas Tocantins

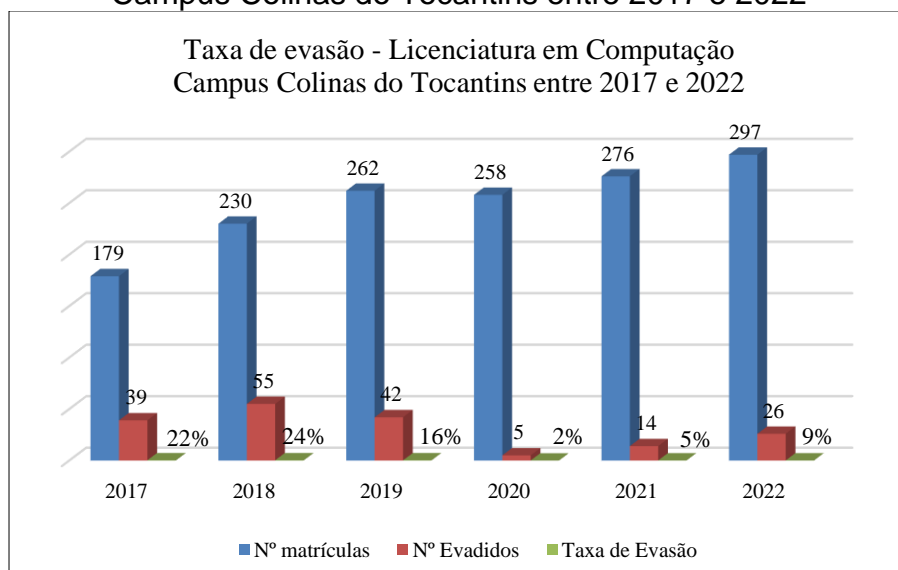
Considerando somente a evasão, excluindo as desistências temporárias, constatamos que a taxa média de alunos que evadiram permanentemente dos cursos do IFTO entre 2017 e 2022, nos seus quatro *campi* universitários, é de 21%, taxa esta que representa significativo abandono do curso e situa-se um pouco acima da média nacional de 18%, conforme os dados do Gráfico 5.

Gráfico 6: Taxa de evasão na educação superior do IFTO entre 2017 e 2022



Fonte: INEP/CENSUP (2022).

Gráfico 7: Taxa de evasão - Licenciatura em Computação Campus Colinas do Tocantins entre 2017 e 2022



Fonte: INEP/CENSUP (2022).

Em relação ao Curso de licenciatura em Computação do Campus de Colinas/TO, a média de evasão relativa informada ao MEC, excluindo as desistências temporárias e transferências, é de 13%, bem abaixo da média geral dos demais cursos do IFTO (Gráfico 7). Chamamos a atenção para a diminuição significativa da taxa de evadidos nos anos de 2020 e 2021, período da pandemia causada pela Covid-19, taxa essa, aparentemente, reduzida pela flexibilização da frequência e demais aspectos pedagógicos favoráveis aos estudantes.

entretanto, investigando os dados de forma mais detida, ainda sobre o Curso em análise, a taxa média de evasão e formatura no período estudado (2016-2022) é extremamente preocupante, posto que está bem acima da média nacional, exigindo uma atenção especial para o curso continuar funcionando.

Quadro 6: Dados detalhados sobre ingresso e evasão absoluta e formatura no Curso de Computação entre 2016-2022 – IFTO/Campus de Colinas

Categorias de análise**	Quantidade	%
Ano de 2016		
Ingressantes*	92	102% de 100%
Desistência definitiva (Evasão Anual)	2	2%
Desistência provisória anual	63	70%
Formatura Anual	6	7%
Ano de 2017		
Ingressantes	90	100%
Desistência definitiva (Evasão Anual)	76	84%
Desistência provisória anual	3	3%
Formatura Anual	6	7%
Ano de 2018		
Ingressantes	90	100%
Desistência definitiva (Evasão Anual)	63	70%
Desistência provisória anual	12	13%
Formatura Anual	1	1%
Ano de 2019		
Ingressantes	88	98% de 100%
Desistência definitiva (Evasão Anual)	68	77%
Desistência provisória anual	3	3%
Formatura Anual	0	0%
Ano de 2020		
Ingressantes	45	50% de 100%
Desistência definitiva (Evasão Anual)	34	76%
Desistência provisória anual	4	9%
Formatura Anual	0	0%
Ano de 2021		

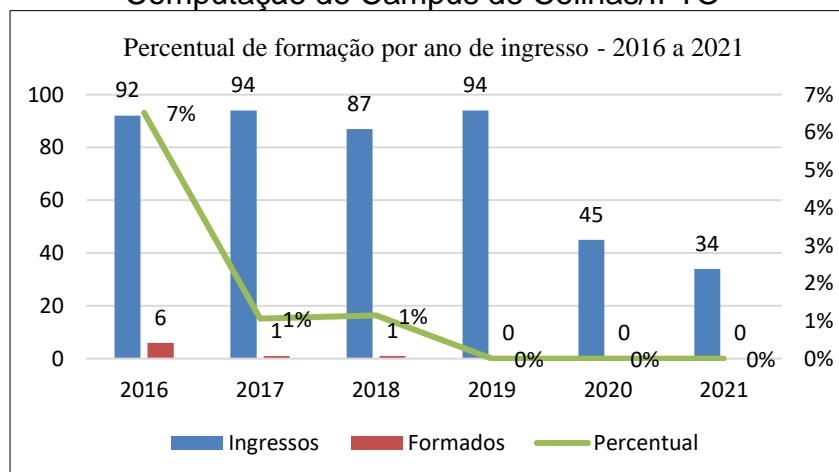
Ingressantes	32	36% de 100%
Desistência definitiva (Evasão Anual)	19	59%
Desistência provisória anual	3	9%
Formatura Anual	0	0%
Ano de 2022		
Ingressantes	27	100%
Desistência definitiva (Evasão Anual)	14	52%
Desistência provisória anual	0	0%
Formatura Anual	0	0%
*No Curso de Computação o número de ingressantes por semestre é de 45 e por ano é de 90 estudantes. ** Os dados relacionados aqui correspondem aos números referentes aos alunos que ingressaram em cada ano. Assim, por exemplo, em relação aos 92 estudantes que ingressaram em 2016: dois tiveram desistência definitiva (evadiram); 63 desistiram provisoriamente e 6 formaram até o momento.		

FONTE: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados do Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP) emitidos em julho/2024.

De acordo com o quadro 6, a evasão no Curso de Computação do IFTO, Campus de Colinas do Tocantins, ocorrida entre 2016 e 2022, é de 60% e o número de alunos formados até o presente momento é de 13 estudantes. Os dados evidenciam uma alta taxa de evasão e uma baixíssima taxa de formatura, expressando, ainda, além da dificuldade de permanência no Curso, uma queda significativa de ingressantes nos anos de 2020, 2021 e 2022, que contabilizaram, respectivamente, 45, 32 e 27 estudantes/ano.

Na continuidade do raciocínio anterior, sobre o Curso em análise, a taxa média de formação no período estudado (2017-2022) ficou em menos de 2%, conforme demonstrado no Gráfico 8.

Gráfico 8: Percentual de formação do Curso de Licenciatura em Computação do Campus de Colinas/IFTO



FONTE: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados do Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP) emitidos em julho/2024.

Em relação ao IFTO, em geral, e ao Curso de Licenciatura em Computação, conforme os relatórios analisados que foram produzidos pela equipe multidisciplinar (IFTO, 2016; 2019d), o que tem repercutido para a não permanência de parte dos estudantes são: não identificação com o curso, não querer o curso desde o início; não gostar de estudar; falta de dedicação; falta de maturidade para escolher o curso; distância do IFTO para sua casa; desvalorização da profissão; e carga horária pesada.

Detalhando mais as dificuldades de permanência dos estudantes, em relação ao IFTO, em geral, conforme o Relatório Qualitativo sobre Evasão e Retenção no IFTO em 2016 (IFTO, 2016) produzido pela equipe multidisciplinar, abrangendo o conjunto dos cursos, o que tem repercutido para a não permanência de parte dos estudantes estão listados no Quadro 6. No relatório mencionado, o curso de Licenciatura em computação do Campus Colinas não registrou participação na pesquisa, visto que foi o ano que o curso iniciou sua oferta de vagas.

Quadro 7: Motivos da evasão nos cursos do IFTO apontadas pelos discentes em 2016

Motivos da evasão nos cursos do IFTO (Geral)	Percentual em relação ao total de entrevistados
Dificuldades na conciliação estudo e trabalho	38%
Dificuldades no transporte casa-campus	37%
Dificuldade Financeira	32%
Problemas familiares	32%
Metodologia dos professores	31%
Dificuldade em disciplina que envolve cálculo	27%
Frequentes greves	26%
Excesso de atividades acadêmica fora do horário escolar	24%
Não me identifiquei com o curso	23%
Início de outro curso	23%
Excesso de cobrança dos professores	22%
Carga horária semanal de aulas muito grande	20%
Dificuldades em acompanhar o curso devido às deficiências no ensino fundamental e/ou médio	19%
Poucas perspectivas de crescimento profissional	18%
Falta de dedicação pessoal	18%
Medo de violência ao retornar para casa	15%
Não aceitação do curso desde o início	15%
Avaliações com nível acima do ensinado	15%
Falta de local para comprar alimento	13%
Problema de relacionamento com professores	12%
Problemas de saúde	11%
Dificuldade por ter ficado muito tempo sem estudar	11%
Falta de maturidade para escolher o curso	8%

Preconceito	7%
Problema de relacionamento com a turma	7%
Bullying	7%
Problema de relacionamento com funcionários	6%
Falta de gosto pelos estudos	3%
Assédio sexual	2%
Violência dentro da escola	1%

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados do Relatório Qualitativo sobre Evasão e Retenção no IFTO – ano 2016.

Os motivos apresentados pelos estudantes, e expressos no quadro 6, sobre as dificuldades de permanência nos cursos do IFTO são diversos, chamam a atenção aqueles relativos às dificuldades de conciliação entre estudo e trabalho, dificuldades no transporte *casa-campus*, dificuldade financeira, problemas familiares e aqueles relativos aos aspectos pedagógicos no âmbito do Curso. Constatamos, ainda, outras motivações que merecem a atenção, dentre as quais aquelas relativas à falta de reconhecimento social dos profissionais formados, falta de segurança e tomada de decisão incorreta sobre o curso devido à ausência de esclarecimentos e informações adequadas.

Relativo ao Campus Colinas do Tocantins, notada a desistência dos estudantes no curso de Licenciatura em Computação, uma comissão foi designada para fazer um levantamento sobre a perspectiva dos alunos em relação ao curso. Importa ressaltar que a pesquisa buscou abranger alunos que estavam cursando do 1º ao 7º período. De acordo com o Relatório sobre Evasão de discentes do Curso de Licenciatura em Computação (IFTO, 2019d) foi aplicado um instrumento de pesquisa com questões² que abordavam o perfil dos alunos entrevistados, bem como a perspectiva destes em relação ao curso mencionado. A pesquisa que gerou o relatório teve como público-alvo alunos que se encontravam com a situação “Evadido”, “Desligado” ou “Trancado” junto ao curso de Licenciatura em Computação, no Campus Colinas do Tocantins/IFTO.

Quadro 8: Motivos da desistência do Curso de Licenciatura em Computação do Campus Colinas do Tocantins

Motivos da desistência	Total	Percentual
Dificuldade na conciliação trabalho x estudo	5	35,7%
Não identificação com o curso	2	14,3%
Outras prioridades	2	14,3%

² Conforme o Relatório sobre evasão de discentes do Curso de Licenciatura em Computação (IFTO, 2019d), 58 discentes foram contactados, mas apenas 14 responderam à pesquisa.

Distância residência x campus	2	14,3%
Motivos de saúde	2	14,3%
Falta de recursos financeiros	1	7,1%

Fonte: Quadro elaborado pela autora conforme dados do Relatório sobre evasão de discentes do Curso de Licenciatura em Computação do Campus Colinas do Tocantins/IFTO (2019d).

O quadro 8 expressa os dados sobre uma das perguntas que buscou saber qual o motivo da desistência dos/as alunos/as do curso, cujas respostas, resumidamente, expressam múltiplos fatores: distância da residência para o campus; dificuldade de conciliação com o trabalho; falta de recursos financeiros; motivo de saúde; existência de outras prioridades e não identificação com o curso. Pelas respostas dadas pelos estudantes de Licenciatura em Computação as causas das dificuldades de permanência são, principalmente, de ordem externa ao curso, mas incluem elementos de domínio interno e pessoal, não diferenciando das causas nacionais mencionadas neste estudo.

Assentado no referencial teórico-metodológico crítico-dialético (Marx 1982; 1985) que sustentou a realização desta pesquisa e que culminou neste relatório técnico de pesquisa aplicada depreendemos que os determinantes da não permanência dos estudantes no Curso de Computação/Campus de Colinas são múltiplos e, semelhante à realidade nacional e regional, abrangem aspectos estruturais e conjunturais.

Os aspectos estruturais explicitados nas seções anteriores dizem respeito à: 1) razão neoliberal que governa a produção e reprodução da sociedade capitalista (Dardot; Laval, 2016); 2) a concepção minimalista que o Estado brasileiro têm assumido na regulação das práticas sociais e no desenvolvimento das políticas públicas como as políticas educacionais (Antunes 2001; Neves, 2005) ; e 3) à forma gerencialista generalizada de administração da coisa pública, assemelhada à lógica da esfera privada que prioriza os produtos e secundariza os processos de produção (Gaulejac, 2007; Silva, 2002).

Em relação aos aspectos conjunturais assinalamos os condicionantes políticos, materiais, ideológicos, institucionais e tecnológico-comunicacionais que – como cultura política de cunho elitista – têm repercutido de forma negativa no processo de democratização da sociedade brasileira, incluindo a democratização do capital cultural e educacional que, em grande medida, tem sido historicamente concentrado nas camadas economicamente médias e altas à custa do crescente e generalizado

empobrecimento das camadas populares (Carvalho, 2011).

A não permanência dos estudantes trabalhadores nos cursos superiores, como o Curso de Licenciatura em Computação, ilustrado neste estudo, faz parte da expressão da desigualdade educacional que, também, é cultural, política e socioeconômica. Referenciado no método crítico dialético, a realidade estudada revela, assim, a necessidade de – para além da explicitação do real em sua forma empírica aparente (Dias; Theóphilo; Lopes, 2010; Carvalho; Pavão, 2016; Carvalho; Melo, 2017), continuar explorando as contradições da área de conhecimento educação e suas instituições como arenas de disputas por um projeto de sociedade que produza e distribua conhecimento de forma democrática abrangendo a classe trabalhadora (Vieira, 2007; Saviani, 2009; Carvalho; Melo, 2017; Carvalho; Algebaile; Aguiar de Carvalho, 2024).

4 PRODUTO FINAL – QUADRO REFERENCIAL CONTRIBUTIVO DA MITIGAÇÃO DA DESISTÊNCIA NO CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO DO IFTO

O estudo realizado apontou um conjunto de condicionantes que têm determinado a permanência dos estudantes nos cursos do IFTO, particularmente no Curso de Licenciatura em Computação do IFTO/Colinas, base empírica do presente estudo. Tais condicionantes nos levou a questionar se “há formas de prever, evitar ou minimizar a evasão permanente e a desistência temporária dos estudantes do curso de Licenciatura em Computação do Campus Colinas do IFTO?”

Em busca de documentos oficiais voltados para a permanência dos estudantes um achado importante lançou luz sobre a construção do quadro referencial. Trata-se do “Documento Orientador para superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil, 2014). O documento foi enviado a toda rede federal de ensino e teve como objetivo orientar o desenvolvimento de ações capazes de ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo formativo oferecido pelas instituições da Rede Federal, respeitadas as especificidades de cada região e território de atuação.

No entanto, observamos que há registros insuficientes, como por exemplo, a inexistência de um observatório nacional sobre a implementação das políticas de permanência da Rede Federal, com dados e percentuais estatísticos, de forma consolidada; essa lacuna deixa, portanto, a desejar uma maior transparência sobre a aplicação dos recursos voltados à política de assistência estudantil.

Na continuidade do estudo, buscando responder a esta pergunta, objetivamos elaborar um quadro referencial com diretrizes e ações que possam suscitar a formulação das políticas institucionais pelos gestores do IFTO/ Campus de Colinas sobre a formação de professores, buscando contribuir com a mitigação das dificuldades de permanência dos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Computação do IFTO.

4.1 Quadro referencial contributivo da mitigação da desistência no Curso de Licenciatura em Computação do IFTO: apontamentos teórico-práticos

Conforme a discussão teórica realizada, a lógica do capital exige um novo trabalhador, como é o caso do professor, que, na concepção do neoliberalismo de

mercado passou a ser formado na perspectiva da flexibilidade, multifuncionalidade e polivalência (Carvalho; Lagares; Fernandes, 2017) por meio do estabelecimento de tempos formativos idealizados e pensados para alunos com a oferta de condições adequadas de realização.

Formar professores em sentido ampliado, como intelectual orgânico, organizador da cultura formativa conforme a escola postulada por Gramsci (2006), entretanto, não coaduna com a perspectiva de formação que a produção e reprodução da sociedade capitalista requer, pois esta demanda um professor flexível, empreendedor e qualificado para preparar seus educandos a viverem em um mundo incerto e sem possibilidades, em que os aspectos sociais estruturantes são escamoteados pela supervalorização dos elementos de ordem técnica (Carvalho; Lagares; Aguiar de Carvalho, 2020).

Em se tratando do IFTO, em grande medida, o Curso de Licenciatura em Computação estudado, aparentemente, foi planejado em uma perspectiva técnico-instrumental, de modo que seja integralizado em um tempo ideal, desconsiderando, entretanto, os aspectos políticos, sociais e culturais como parte fundante da práxis educativa. Todavia, a docência precisa ultrapassar os aspectos técnicos, posto que a necessidade da criatividade, do pensamento crítico e da inserção sociocultural não deve ser prescindida no processo formativo, sob pena de se promover uma educação com visão ingênua e centrada na perspectiva unilateral tecnicista, isolada de seu contexto histórico-social (Carvalho; Lagares; Aguiar de Carvalho, 2020).

Considerando os dados expostos no presente texto, constatamos que o Curso de Licenciatura em Computação do IFTO, Campus Colinas do Tocantins, tem encontrado dificuldades para efetivar até mesmo a formação do tipo instrumental. Além das dificuldades econômica, social e cultural externas ao IFTO – falha na tomada de decisão em relação ao curso; dificuldades escolares; descontentamento com o curso e a futura profissão; distância entre domicílio e universidade; assistência estudantil e atividades de pesquisa e extensão; e problemas pessoais, também se apresentam como condicionantes à formação, as precárias condições materiais e político-pedagógicas internas à universidade: estrutura física, disponibilidade de equipamentos culturais diversos, laboratórios de ensino, qualidade do espaço físico; entre outros aspectos. Estas são condições básicas indispensáveis para que o estudante possa participar, efetivamente, do curso e ser formado no tempo mínimo necessário (Pavão, 2014).

No quadro 9 seguinte detalhamos os condicionantes mencionados e sintetizamos uma proposta de diretrizes teórico-práticas³ que buscam suscitar a formulação de políticas institucionais sobre a formação de professores, buscando contribuir com a mitigação das dificuldades de permanência dos acadêmicos do curso de Licenciatura em Computação do IFTO.

Quadro 9: Condicionantes à formação e proposta de diretrizes para o enfrentamento institucional das dificuldades de permanência estudantil nas licenciaturas: O Curso de Licenciatura em Computação do Campus Colinas do Tocantins/IFTO como ilustração

CONDICIONANTES À FORMAÇÃO E PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA O ENFRENTAMENTO INSTITUCIONAL DAS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NAS LICENCIATURAS	
EXTERNO (econômico, social e cultural)	<p>Condicionantes concernentes ao ambiente externo que fogem ao controle institucional, mas que o afetam profundamente</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Falha na tomada de decisão por parte do estudante em relação ao curso devido à falta de informação ou outros fatores pessoais. 2) Dificuldades escolares relacionados aos conteúdos não assimilados na educação básica e à metodologia adotada pelos professores. 3) Descontentamento com o curso e a futura profissão pelo seu não reconhecimento social e econômico-profissional. 4) Distância entre domicílio e universidade, causando dificuldades em frequentar o curso. 5) Assistência estudantil insuficiente para assegurar a participação do estudante nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. 6) Problemas pessoais vinculados ao convívio, à constituição familiar e à saúde.
INTERNO (condições materiais e político- pedagógicas)	<p>Precariedade do ambiente interno ou institucional em relação a:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Estrutura física para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão e convívio institucional diário. 2) Equipamentos de informática, materiais didáticos e

³ Para efeito de divulgação este quadro foi convertido em um **LIVRETO Político-instrutivo** a ser publicizado como uma produção digital endereçada aos formuladores de políticas públicas educacionais, como as políticas para os Cursos de Licenciaturas. [<https://publicacoes.even3.com.br/book/livreto-politico-instrutivo-sobre-politica-e-gestao-nas-licenciaturas-4545785>].

	<p>equipamentos culturais, em geral.</p> <p>3) Laboratórios de ensino, pesquisa e extensão necessários ao desenvolvimento do processo formativo no decorrer do curso.</p> <p>4) Qualidade do espaço físico de realização das aulas e outras práticas sociais diárias como as culturais, esportivas e de convivência diária;</p> <p>5) Outros aspectos como o atendimento psicológico, didático-pedagógico e de saúde suficientes e ágeis à vida estudantil saudável.</p>
<p>Exigências à adoção de Políticas institucionais concretas para a superação dos condicionantes internos e mitigação dos externos</p>	<p>Sem desconsiderar a necessidade de políticas educacionais estruturantes para educação brasileira, incluindo as licenciaturas, são necessárias políticas institucionais voltadas à:</p> <p>1) Reestruturação da formação de professores por meio da elaboração de uma política específica para os Cursos de Licenciatura que contemple diretrizes, ações concretas e financiamento real;</p> <p>2) Reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de modo a adequá-los às demandas da educação básica e à realidade do estudante, mas, sem perder a qualidade formativa que abranja as dimensões técnico-instrumental e ético-políticas.</p> <p>3) Garantia das condições materiais de acesso e permanência dos estudantes socioeconomicamente vulneráveis, incluindo auxílio financeiro (bolsa fixa) enquanto durar o curso.</p> <p>4) Melhoria das condições de realização do trabalho pedagógico por parte dos professores no que se refere aos espaços, materiais e apoio à saúde do trabalhador.</p> <p>5) Valorização do trabalho docente no processo de ensino, pesquisa, extensão e gestão por meio da garantia de um aditivo financeiro aos professores que atuam na formação de professores.</p> <p>6) Redefinição do currículo e do processo de ensino aprendizagem nos cursos de Licenciaturas calibrando as dimensões formativas técnico-instrumental e ético-política.</p>
<p>Diretrizes teórico-práticas gerais</p>	<p>1) Reestruturação da formação de professores por meio da elaboração de uma política específica para os Cursos de Licenciaturas que contemple diretrizes, ações concretas e financiamento real;</p> <p>⇒ Estruturação de uma política específica do IFTO para os cursos de licenciaturas (incluindo o Curso de Licenciatura</p>

em Computação) tendo como ponto de partida a **escuta da Comunidade Universitária e a Sociedade em Geral**. Partindo do diagnóstico sobre a realidade, a política em pauta deve buscar contemplar as principais **dimensões que, articuladamente, movimentam uma instituição social universitária**: dimensão econômico-administrativa (aspectos relacionados aos recursos materiais, financeiros e humanos); dimensão pedagógica (aspectos curriculares, didático-pedagógicos e processo de ensino-aprendizagem); dimensão política (aspectos medidos pela participação dos sujeitos na vida política, social e educacional); e dimensão cultural (guiada pela relevância que se pretende alcançar com o curso no âmbito brasileiro, regional e local) (Carvalho, 2013).

✓ Por se tratar de uma área necessária ao desenvolvimento de uma nação entendemos ser fundamental a mobilização da **comunidade educacional** e da **sociedade em geral** para a elaboração de tal política. Assim, em relação à **comunidade universitária**, é fundamental um **movimento de mobilização** dos/das:

- trabalhadores em educação (segmentos de docentes; e de não docentes);
- estudantes;
- famílias; e
- gestores da administração central e dos *campi* universitários.

✓ Referente à **sociedade, em geral**, a instituição, por meio das instancias administrativas e conselhos decisórios, deve procurar envolver **todos os interessados** no tema, principalmente os **representantes**:

- dos poderes legislativo e judiciário;
- da comunidade civil organizada;
- das entidades de classe;
- da educação superior pública e privada;
- do setor econômico;
- do setor cultural etc.

✓ As **formas de mobilizações são variadas** e podem englobar, entre outras as seguintes possibilidades:

- Reuniões com a comunidade escolar;
- Reuniões com a sociedade, em geral;

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Eventos diversos como fórum, seminários, conferências, simpósios, colóquios etc.; ▪ Reuniões de trabalho; ▪ Grupos de estudos; ▪ Audiências públicas; ▪ Enquetes temáticas; ▪ Entrevistas nos meios de comunicações locais etc. <p>✓ A política em pauta, abrange o Curso de Licenciatura em Computação estudado, mas extrapola o seu escopo e abrange a instituição IFTO, além dos elementos gerais expostos: a reformulação dos Projetos Pedagógicos de Cursos; as condições materiais necessárias à sua realização, incluindo os recursos necessários a permanência do estudante no curso até a sua efetiva conclusão; a melhoria das condições de realização do trabalho pedagógico pelo corpo docente e gestores dos cursos; a valorização do trabalho docente; o redesenho do currículo ajustado aos elementos instrumentais e ético-políticos.</p> <p>2) Reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de modo a adequá-los às demandas da educação básica e à realidade do estudante, mas, sem perder a qualidade formativa que abranja as dimensões técnico-instrumental e ético-política.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reestruturar o PPC dos Cursos contemplando eixos formativos inerentes à profissionalização ligada à área do conhecimento, às práticas pedagógicas e ao processo de ensino aprendizagem, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão universitária; ✓ Revisar e atualizar os conteúdos curriculares, considerando o contexto histórico e político-social, o desenvolvimento humano, a cidadania e o mundo do trabalho; ✓ Práticas pedagógicas contextualizadas, incorporando formas de ensino que permitam aos futuros professores articular, de forma crítica e dialética, o ensino de computação ao contexto e às necessidades dos alunos; ✓ Democratizar as práticas pedagógicas sem perder de vistas a necessidade da democratização da sociedade, dos sistemas educacionais e das instituições escolares. <p>3) Garantia das condições materiais de acesso e permanência dos estudantes socioeconomicamente</p>
--	--

vulneráveis, incluindo auxílio financeiro (bolsa fixa) enquanto durar o curso.

- ✓ Garantir bolsas básicas aos acadêmicos das licenciaturas assim que são matriculados, sem seleção. Dessa forma, sugerimos que haja um planejamento de acordo com as vagas a serem ofertadas no vestibular, para que haja disponibilidade de bolsas que contemplem todos, criando as condições iguais de permanência e êxito aos alunos trabalhadores. Em contrapartida, o estudante deve se dedicar integralmente ao curso e alcançar um resultado satisfatório.
- ✓ Por outro lado, faz-se necessário um acompanhamento, de perto, sobre sua jornada acadêmica para ajudá-lo a permanecer no curso e não perder a bolsa;
- ✓ Complementar, para além da bolsa básica, o conjunto das ações e recursos necessários à permanência dos estudantes no Curso.

4) Melhoria das condições de realização do trabalho pedagógico por parte dos professores no que se refere aos espaços, materiais e apoio à saúde do trabalhador.

- ✓ Estruturar para o curso de Licenciatura em Computação espaços e mecanismos formativos:
 - Laboratórios de ensino, de pesquisa e de extensão específicos.
 - Ferramentas virtuais específicas para o curso, buscando contribuir com o desenvolvimento do acadêmico.
 - Espaço de convivência próprio e mecanismos culturais para os alunos do curso.
 - Laboratórios de informática com computadores atualizados e de última geração, com softwares específicos para dar suporte às atividades de pesquisa, ensino e extensão do estudante.
 - Espaços colaborativos, como salas de inovação, que incentivem a interação entre professores, estudantes e pesquisadores, promovendo o desenvolvimento de projetos interdisciplinares e a troca de conhecimento.
 - Plataformas de ensino a distância (EAD) e ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), que permitam aos professores utilizar metodologias complementares às aulas presenciais.
 - Recursos didáticos digitais e de outra natureza necessários ao desenvolvimento pedagógico (Ferramentas de desenvolvimento e simulação).

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Condições materiais e humanas de atuação na prevenção de doenças relacionadas ao uso de tecnologias. <p>5) Valorização do trabalho docente no processo de ensino, pesquisa, extensão e gestão por meio da garantia de um aditivo financeiro aos professores que atuam na formação de professores</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Estabelecer critérios claros e transparentes para a concessão do aditivo financeiro aos professores que desenvolvem projetos de pesquisa e extensão, principalmente aqueles que têm impacto direto na qualidade da formação de professores de computação. ✓ Incentivar a pesquisa, a escrita, a construção e a publicação de ações inovadoras relativas ao Curso de Licenciatura em Computação. ✓ Estruturar um plano de formação continuada que contemple os diversos componentes curriculares em uma perspectiva interdisciplinar colaborativa. ✓ Garantir que o aditivo financeiro seja sustentável a longo prazo, por meio de um fundo específico que possa ser alimentado por recursos institucionais perenes. <p>6) Redefinição do currículo e do processo de ensino aprendizagem nos cursos de Licenciaturas calibrando as dimensões formativas técnico-instrumental e ético-política.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reestruturar o currículo para assegurar que os conteúdos técnico-instrumentais (como linguagens de programação, algoritmos, estruturas de dados, redes de computadores) estejam integrados a uma formação ético-política sólida e aborde temas como ética profissional, impacto social da tecnologia, e responsabilidade socioambiental. ✓ Promover a interdisciplinaridade no currículo, integrando disciplinas de ciências sociais, filosofia, e educação que permitam aos futuros professores de Licenciatura em Computação refletirem criticamente sobre o papel da tecnologia na sociedade e na educação.
--	---

Fonte: Quadro elaborado pela autora referenciado nos achados da pesquisa que originou o presente Relatório.

A proposta intencional de formação em determinado tempo, meta percentual e velocidade de realização é insuficiente, a exemplo do que preceitua a proposta formativa do IFTO no Curso de Licenciatura em Computação, cuja expectativa formativa tem sido frustrada pelos condicionantes internos e externos que necessitam

ser, efetivamente, considerados e enfrentados. Para além do planejado, assim como explicita Carvalho, Carvalho e Macêdo (2023), os dados apresentados no estudo evidenciam que a realidade prática não se mostrou efetiva, pois a maioria dos alunos não realiza a formatura no tempo planejado. Ademais, grande parte dos discentes tem dificuldades de permanecer nos cursos de licenciaturas do IFTO antes da conclusão, explicitando que, sem criar as condições externas e internas à instituição, o planejado encontra condicionantes obstaculizantes conjunturais e estruturais para se efetivar, conforme demonstrado na seção 3, anterior.

Como sustentam Carvalho e Carvalho (2019), não é suficiente apenas definir as normas burocraticamente, estabelecer diretrizes e prazos para a realização da formação. Articulado a estes aspectos parece ser necessária a criação das condições materiais, institucionais, políticas e ideológico-pedagógicas que viabilizem a realização da formação pelos estudantes, futuros professores.

Semelhante à realidade nacional, no caso da formação de professores do IFTO, o que tem sido planejado e transformado em diretrizes, aparentemente, não considerou as condições socioeconômicas dos estudantes. Mais que isto, sinaliza para a não criação das condições materiais, institucionais e político-pedagógicas compatíveis com a proposta formativa idealizada (Carvalho; Carvalho; Macêdo, 2023), expressando assim que a práxis articuladora da vontade e das condições para a realização (Gramsci, 2006) das políticas educacionais precisa ser recolocada como prioridade no IFTO, como ilustrado no Curso de Licenciatura em Computação, objeto da presente pesquisa, cujos dados estão expressos no presente relatório.

Comparativamente, a situação da permanência no Curso de Licenciatura em Computação do IFTO/Campus de Colinas aparenta ser tão preocupante quanto a situação de grande parte dos demais Cursos de Licenciaturas brasileiros. Os dados levantados também sinalizam para a existência e o enfrentamento de desafios semelhantes por parte do curso estudado, o que, certamente, repercute na formação do professor trabalhador, negando-lhe um direito humano essencial que, conseqüentemente, impacta na formação dos alunos da classe trabalhadora no âmbito da educação básica.

A garantia do direito de acesso ao curso de Licenciatura em Computação é essencial para a formação de professores que desejam lecionar disciplinas relacionadas à informática e tecnologia nas escolas. Na era digital em que a tecnologia está fortemente presente nas práticas sociais, ter professores mais bem preparados

nessa área pode proporcionar aos alunos o entendimento e as habilidades necessárias para lidar com as demandas tecnológicas da sociedade, preparando-os para o desenvolvimento humano, a cidadania e o mundo do trabalho. Neste sentido, na contemporaneidade, o conhecimento na área da computação educativa é importante, pois incentiva e motiva à inovação e à criatividade em relação às tecnologias educacionais que sejam capazes de contribuir para a concretização de um currículo formativo amplo e de um processo de ensino aprendizagem ativo e criativo para a educação básica. Como a computação está ligada a diversas áreas do conhecimento, os professores dessa área podem ser importantes na abordagem interdisciplinar com os diversos componentes de um currículo atualizado e conectado com a realidade social do tempo presente.

Ressaltamos que o Curso de Licenciatura em Computação, em análise, tem como objetivo geral formar profissionais para atuar como professores na educação básica, em geral, que abarca o ensino médio, educação de jovens e adultos; educação profissional em seus níveis e modalidades; educação não formal; atividades diversas de apoio ao ensino; e, na resolução de problemas pertinentes aos processos educativos e de gestão (IFTO/CTO/PPC, 2018).

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Computação do IFTO, Campus Colinas do Tocantins (IFTO/CTO/PPC, 2018) propõe um curso que possibilite aos professores em formação mobilizar as ferramentas computacionais nas suas rotinas de trabalho para fazer avançar os níveis educacionais e, conseqüentemente, o nível de empregabilidade das pessoas da região. Seu foco está na formação de pessoas atuantes, sensíveis às questões do desenvolvimento local e capazes de influenciar e inovar demandas de natureza econômica, tecnológica, socioambiental, sociocultural e educacional. O documento prevê o ingresso de 45 alunos por semestre e duração de 8 semestres. Sua primeira oferta foi em 2016/1. Entretanto, em conformidade com o quadro 6, a situação de ingresso, permanência e conclusão do Curso está muito aquém do proposto, causando preocupação para a equipe gestora do IFTO, uma vez que esta é a primeira instituição a ofertar o Curso gratuitamente, na modalidade de graduação, na cidade de Colinas do Tocantins/TO.

A análise das informações nos permite concluir que o curso de Licenciatura em Computação enfrenta desafios significativos em relação à retenção e conclusão dos alunos. A evasão pode ser causada por uma variedade de fatores, como dificuldades com o conteúdo do curso, falta de apoio acadêmico e/ou financeiro, problemas

pessoais dos alunos e/ou familiares, entre outros. Os dados demonstram que a instituição, aparentemente, necessita revisar suas estratégias de suporte aos alunos e identificar áreas e aspectos do processo formativo que demandem melhorias necessárias e urgentes a fim de aumentar a taxa de conclusão do curso e possibilitar a implementação do PPC, abrangendo a efetivação do currículo proposto e do processo de ensino aprendizagem.

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que sustentou as discussões do presente texto aborda a Política de Acesso e Permanência no curso de Licenciatura em Computação de Colinas do Tocantins e tensiona as dificuldades de permanência dos estudantes matriculados dos cursos de licenciaturas do IFTO. Pensamos que a questão de partida – qual a situação geral da política de acesso e permanência dos alunos dos cursos de formação de professores, com foco no Curso de Licenciatura em Computação do IFT/TO, Campus Colinas/Tocantins? – e os questionamentos dela derivados foram respondidas no estudo.

Assim, buscando alcançar o objetivo geral da pesquisa – analisar os aspectos teóricos e práticos da política do acesso e permanência dos alunos dos cursos de formação de professores, com foco no curso de Licenciatura em Computação do Campus Colinas do Tocantins, do IFTO – inicialmente foram realizadas pesquisas bibliográficas referentes a autores que escreveram sobre o tema e, posteriormente, desenvolvemos uma análise mais aprofundada dos dados empíricos coletados.

Nesse sentido, a pesquisa, referenciada na abordagem crítico-dialética, nos possibilitou compreender as políticas estudantis para a educação superior situada no conjunto das políticas sociais movimentadas pelo Estado a partir da pauta defendida pelos estudantes na histórica luta do segmento estudantil brasileiro.

O estudo possibilitou, em geral, compreender que o desejo dos estudantes trabalhadores – particularmente o postulante à profissão de professor – em apropriar-se do conhecimento de nível superior se esbarra em múltiplos condicionantes que abrangem os aspectos estruturantes da educação brasileira de dimensões econômicas, culturais e políticas, mas que, também, são de ordem institucional, portanto, uma questão relacionada à gestão ou à forma de materialização das políticas públicas educacionais.

Com esta compreensão refletimos sobre a política de acesso e permanência dos estudantes nos Cursos de Licenciatura do IFTO, tomando o curso de Licenciatura em Computação como ilustração do estudo. Constatamos que, para além dos aspectos fundamentais estruturais externos, os institucionais, relacionados à criação de condições mínimas para a permanência do aluno trabalhador nos Cursos de Licenciaturas são muito importantes, a exemplo do apoio financeiro necessário à alimentação, moradia, transporte e saúde. A inexistência desta política básica como

direito adquirido do estudante intensifica as dificuldades de permanência estudantil na educação superior por parte do aluno trabalhador, impactando, assim, a vida dos estudantes de Cursos como os de Licenciatura em Computação, base empírica do presente estudo.

Ao investigar a eficácia das políticas de assistência no referido curso, constatamos a necessidade de melhorias no acompanhamento e na alocação dos recursos, de modo a reduzir a evasão e garantir a permanência dos estudantes mais vulneráveis.

Antes, porém, de chegarmos à supracitada constatação fizemos um breve apanhado histórico para contextualizar a criação e evolução das políticas de acesso e permanência nas instituições de ensino superior, com ênfase no curso de Licenciatura em Computação, do Instituto Federal do Tocantins, Campus de Colinas. A pesquisa baseou-se na problematização acerca da alta taxa de evasão nos cursos de Licenciatura em Computação, questionando os fatores que contribuem para essa problemática e como as políticas de assistência estudantil podem ser otimizadas para mitigá-la.

Nessa perspectiva, o estudo evidenciou que o IFTO, assim como outras instituições de ensino superior, enfrenta desafios significativos na implementação eficaz de políticas que garantam tanto o acesso quanto a permanência dos estudantes em seus cursos. As análises apontam para a necessidade de uma revisão dessas políticas, com foco na ampliação das ações de apoio ao estudante, maior transparência na gestão dos recursos e o fortalecimento de estratégias que promovam a integração dos alunos à comunidade acadêmica desde o início de sua formação.

Concluimos que, para que o IFTO possa reduzir a evasão e melhorar a permanência dos estudantes nos cursos de Licenciatura em Computação, é fundamental a adoção de uma abordagem mais integrada e participativa na gestão das políticas de assistência estudantil. Isso implica não apenas na revisão dos processos de concessão das bolsas, mas, também, na criação de um ambiente acadêmico acolhedor e inclusivo, que valorize a diversidade e apoie os estudantes em suas trajetórias educativas. Como contributo elaboramos, como proposta, a seção 4 do presente estudo denominada de “PRODUTO FINAL - Quadro referencial contributivo da mitigação da desistência no Curso de Licenciatura em Computação do IFTO”.

Temos consciência das lacunas do presente estudo, mas pensamos que ele

abre um caminho promissor de estudo para esta iniciante pesquisadora, tendo em vista que o curso e o estudo realizado, como ponto de partida, foram e estão sendo muito importantes para a formação acadêmico profissional. O curso de Mestrado em Educação contribuiu de forma bastante positiva para a vida profissional da pesquisadora, além de agregar conhecimentos que trouxeram pensamento crítico em relação ao objeto estudado; ademais, despertou o interesse por aprofundar os estudos acerca da metodologia utilizada e dos trabalhos dos autores da área, já citados no presente documento de pesquisa. Assim, a autora tem ciência de que precisa se engajar nos estudos acerca da pesquisa e da metodologia científica por meio da participação em atividades e grupos de pesquisas. Este estudo é apenas o começo de uma jornada, que precisará, de forma sistematizada, apropriar-se de conhecimentos necessários para um melhor desenvolvimento de pesquisas. Por trabalhar na área da educação, mesmo não atuando como docente, há diversos objetos de pesquisa no ambiente educacional que merecem atenção e estudo. Desta forma, a pesquisadora espera contribuir mais vezes por meio de estudos nessa área, correlacionando, na medida do possível, com a sua área de formação, que é a área de tecnologia da informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Liliane Maria Belo do. **Causas da evasão discente no curso de Filosofia em uma instituição pública de educação superior**. 2009. 61 f. Trabalho monográfico – Universidade Federal de Brasília (UNB). Brasília: UNB, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho** – ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p.

BRASIL. Decreto nº 7.243, de 19 de julho de 2010. **Diário Oficial da União**. Brasília, 19 jul. 2010. Seção 1, p. 5. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/6652601/pg-5-secao-1-diariooficial-da-uniao-dou-de-20-07-2010/pdfView>> Acesso em: fev. 2014.

Brasil. Ministério da Educação. **Documento Orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília – DF, 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de Ações e Políticas para o Acesso ao Ensino Superior**. Brasília, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de Ações e Políticas para o Acesso ao Ensino Superior**. Brasília, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n.º 2, de 01 de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 01 de julho de 2005. Diário Oficial da União. Brasília, 2 de julho de 2015, ano CLII, n.º 124, p.8

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de Ensino Superior. **Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras**. ANDIFES/ABRUEM, SESu, MEC, Brasília, 1997.

BUENO, José Lino Oliveira Bueno. Evasão Escolar. **Paidéia** (Ribeirão Preto) nº 5 Ribeirão Preto, agosto, 1993.

CARVALHO, Luiz Fernando. **A escolha da licenciatura em matemática na UNESP: o que dizem os ingressantes.** 140 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

CARVALHO, Ricardo Santos; CARVALHO, Ana Maria; LAGARES, Antônio Luiz. O papel da educação no sistema capitalista em tempos neoliberais: formação de profissionais da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, n. 89, p. 45-60, 2019.

CARVALHO, Roberto Francisco de Carvalho. **Gestão e participação universitária no século XXI.** Curitiba/PR: Editora CRV, 2013.

CARVALHO, Roberto Francisco de, CARVALHO, Doracy Dias Aguiar de. Organização e Gestão de Cursos de Licenciaturas em Ciclos: Implicações para a permanência estudantil. **Revista Humanidades e Inovação** v. 6, n. 18. 2019.

CARVALHO, Roberto Francisco de. **O processo de gestão e participação na universidade: limites, possibilidades e desafios na UFT.** 2011. Tese. (Doutorado em Ciências Humanas) -Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

CARVALHO, Roberto Francisco de; ALGEBAILLE, Eveline; AGUIAR DE CARVALHO, Doracy Dias. Estado, aparelhos privados de hegemonia e educação no Brasil: explicitação da direção e do domínio de classe no planejamento de políticas públicas. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 14, p. 01 - 28, e024003, 2024. DOI: <https://doi.org/10.24065/re.v14i1.2456>

CARVALHO, Roberto Francisco de; CARVALHO, Doracy Dias Aguiar de; MACÊDO, Roberta Kelly de Jesus. Política de formação discente em tempo ideal nos cursos de licenciaturas da UFT: aspectos teórico-práticos. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 8, p. e15131, 2023. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e15131>. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/15131>. Acesso em: 17 set. 2024.

CARVALHO, Roberto Francisco de; LAGARES, Rosilene; FERNANDES, Kátya Lacerda. Reestruturação Produtiva, Reforma do Estado e os impactos para a Educação. In: CARVALHO, Roberto, Francisco; MELO, José Wilson Rodrigues. (Orgs.). **Política e Gestão da Educação Superior: Acesso e permanência em cursos de licenciaturas da UFT.** Curitiba: Appris, 2017, p. 16-36.

CARVALHO, Roberto Francisco de; MELO, José Wilson Rodrigues. (Orgs.). **Política e Gestão da Educação Superior: Acesso e permanência em cursos de licenciaturas da UFT.** 1. ed. Appris, 2017.

CARVALHO, Roberto Francisco de; PAVÃO, Layane Pereira. Evasão nas Licenciaturas de Filosofia e Teatro da UFT: percepção de gestores da administração superior e dos cursos. In.: [V Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação VIII Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação.](#) **Biblioteca ANPAE/ Série Cadernos ANPAE** ISSN: 1677-3802, V. 41 - 2016.

CARVALHO, Roberto Francisco de; LAGARES, Rosilene; AGUIAR DE CARVALHO, Doracy Dias. Trabalho docente instrumentalizado na política de formação de

professores no Brasil: Uma abordagem histórica e teórico-filosófica. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona/Brasil, v. 28 nº 15, p. 1-26, jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4858>

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CORCINI, Milena M; BONETI, Lindomar W. **As políticas públicas de acesso à educação superior no Brasil: uma avaliação parlamentar**. Curitiba: PUC/PR

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Trad.: Maria Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Ellen Christine Moraes; THEÓPHILO, Carlos Renato; LOPES, Maria Aparecida Soares. **Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – MG**. Anais do Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. São Paulo, SP, Brasil, 2010.

ENAP. **Políticas Nacionais de Assistência Estudantil**. Síntese de evidências sobre programas de permanência. Novembro, 2021.

FERREIRA, Renata Maria; BIERHALZ, Carmen Delia Kist. **Evasão nas licenciaturas: revisão integrativa da literatura**. SciELO Preprints, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.7291.

FREIRE, Juciley Silva Evangelista. Concepções de participação nas políticas educacionais: fundamentos sócio-históricos. **DESAFIOS - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 31–66, 2015. DOI: 10.20873/uft.2359-3652.2015v2n1p3.

GATTI, Bernardete Angelina. et al. A Atratividade da Carreira Docente no Brasil, In: **Estudos e Pesquisas Educacionais**, n. 1, São Paulo, FVC/Fundação Victor Civita, 2010, p. 139-210.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Trad.: Ivo Storniolo. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2007.

GOMES, Cláudio Roberto. Abandono e evasão escolar: distinções e implicações no contexto educacional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 4, n. 10, p. 75-88, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere v. 1/ Antônio Gramsci**. 4. ed. Trad.: Carlos Nelson Coutinho *et al.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

IFTO. Edital nº 58/2018/REI/IFTO, de 5 de setembro de 2018. **Vestibular Unificado para os cursos de graduação do IFTO**. 2018. Palmas/TO: Palmas/TO.

IFTO. Edital nº 72/2019/REI/IFTO, de 9 de setembro de 2019. **Vestibular Unificado para os cursos de graduação do IFTO**. Palmas/TO: IFTO/Palmas/TO, 2019c.

IFTO. **Estatuto do Instituto Federal do Tocantins/IFTO**. Palmas/TO: IFTO/Palmas, 2019a.

IFTO. **Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Tocantins**. Palmas/TO: IFTO/Palmas, 2020.

IFTO. **Relatório de Gestão do Instituto Federal do Tocantins/IFTO**. Palmas/TO: IFTO/Palmas, 2015.

IFTO. **Relatório de Gestão do Instituto Federal do Tocantins/IFTO**. Palmas/TO: IFTO/Palmas, 2016.

IFTO. **Relatório de Gestão do Instituto Federal do Tocantins/IFTO**. Palmas/TO: IFTO/Palmas, 2017.

IFTO. **Relatório de Gestão do Instituto Federal do Tocantins/IFTO**. Palmas/TO: IFTO/Palmas, 2018.

IFTO. **Relatório de Gestão do Instituto Federal do Tocantins/IFTO**. Palmas/TO: IFTO/Palmas, 2019b.

IFTO. **Relatório de Gestão do Instituto Federal do Tocantins/IFTO**. Palmas/TO: IFTO/Palmas, 2021.

IFTO. **Relatório de Gestão do Instituto Federal do Tocantins/IFTO**. Palmas/TO: IFTO/Palmas, 2022.

IFTO. **Relatório sobre Evasão de discentes do Curso de Licenciatura em Computação**. Colinas do Tocantins/TO: IFTO/Colinas, 2019d.

IFTO/CTO/PPC. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Computação do Campus Colinas do Tocantins**. Colinas do Tocantins/TO: IFTO/Colinas, 2018.

INEP/CENSUP- Censo da Educação Superior. **Painel Estatístico**. Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira (INEP). v. 2.0. Brasília, DF, 2022.

MACHADO, Claudia Gonçalves; CARVALHO, Marco Antônio Batista. Reflexões sobre o ensino de Física: da evasão à formação de professores. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1287 - 1299, jul. - dez. 2020. ISSN 2237-9444. DOI:<https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31846>.

MARX, Karl. **O capital**. 2. ed. Tradução de Régis Barbosa e de Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Vol. I).

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes**: a economia vulgar. Tradução de Edgard Malagodi *et alli*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MELLO, Simone Portella Teixeira; SANTOS, Elaine Garcia dos; BRISOLARA, Lenon Schmitz; SILVA, Rosaura Espírito Santo; KOGLIN, João Carlos de Oliveira. **O fenômeno evasão nos cursos superiores de tecnologia: um estudo de caso em uma universidade pública no sul do Brasil.** In: **Anais [...].** Florianópolis, UFSC, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 16. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1994.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

NOGUEIRA, R. F. Impacto das condições de vida na saúde mental e física dos estudantes universitários: um estudo de caso. **Revista de Psicologia e Saúde**, v. 27, n. 3, p. 311-323, 2017

PAVÃO, Layane Pereira. **A percepção institucional sobre a evasão escolar absoluta nos cursos de artes e filosofia/palmas: gestores da administração superior e dos cursos.** 2014. 15 f. Relatório de Iniciação Científica – Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas/Tocantins, 2014.

ROSA, Maria Lúcia Maria; RIBEIRO, Mônica Cristina Ferreira. Fatores socioeconômicos e a continuidade dos estudos: desafios para os estudantes de baixa renda. **Revista Brasileira de Assistência Social**, v. 19, n. 2, p. 123-135, 2017.

SANTOS, Wladimir dos. **A verdade sobre o vestibular.** São Paulo: Ática, 1988.

SANTOS, Priscila Kohls dos. **Permanência na Educação Superior: desafios e perspectivas (2020).** Brasília, UniCatólica, 2020.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, abr. 2009.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo *et al.* A evasão do ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, 2007.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo *et al.* **Como a mudança na metodologia do INEP altera o cálculo da evasão do ensino superior brasileiro.** Publicado em site, São Paulo, abr. 2012. Disponível em: < <http://www.institutolobo.org.br/>>. Acesso em: fev. 2014.

SILVA, Adão Rogério Xavier; CARVALHO, Mark Clark Assen de. Demarcações históricas sobre a política de assistência estudantil no Brasil. **Rev. Exitus**, Santarém, v. 10, e020042, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In.: GENTILI, Pablo A.A.; SILVA, Tomaz Tadeu da.

Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 9-29.

TINTO, Vicent. Definir la deserción: una cuestión de perspectiva. **Revista de la Educación Superior**, Cidade do México, n. 71, p. 33-51, 1989.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **RBPAE** – V. 23, n. 1, P. 53-69, jan./abr. 2007.

ZAGO, Nadir; PAIXÃO, Lea Pinheiro; PEREIRA, Thiago Ingrassia. Acesso e permanência no ensino superior: problematizando a evasão em uma nova universidade federal. **Educação Em Foco**, 19(27), 145-169, 2016. <https://doi.org/10.24934/eef.v19i27.1334>